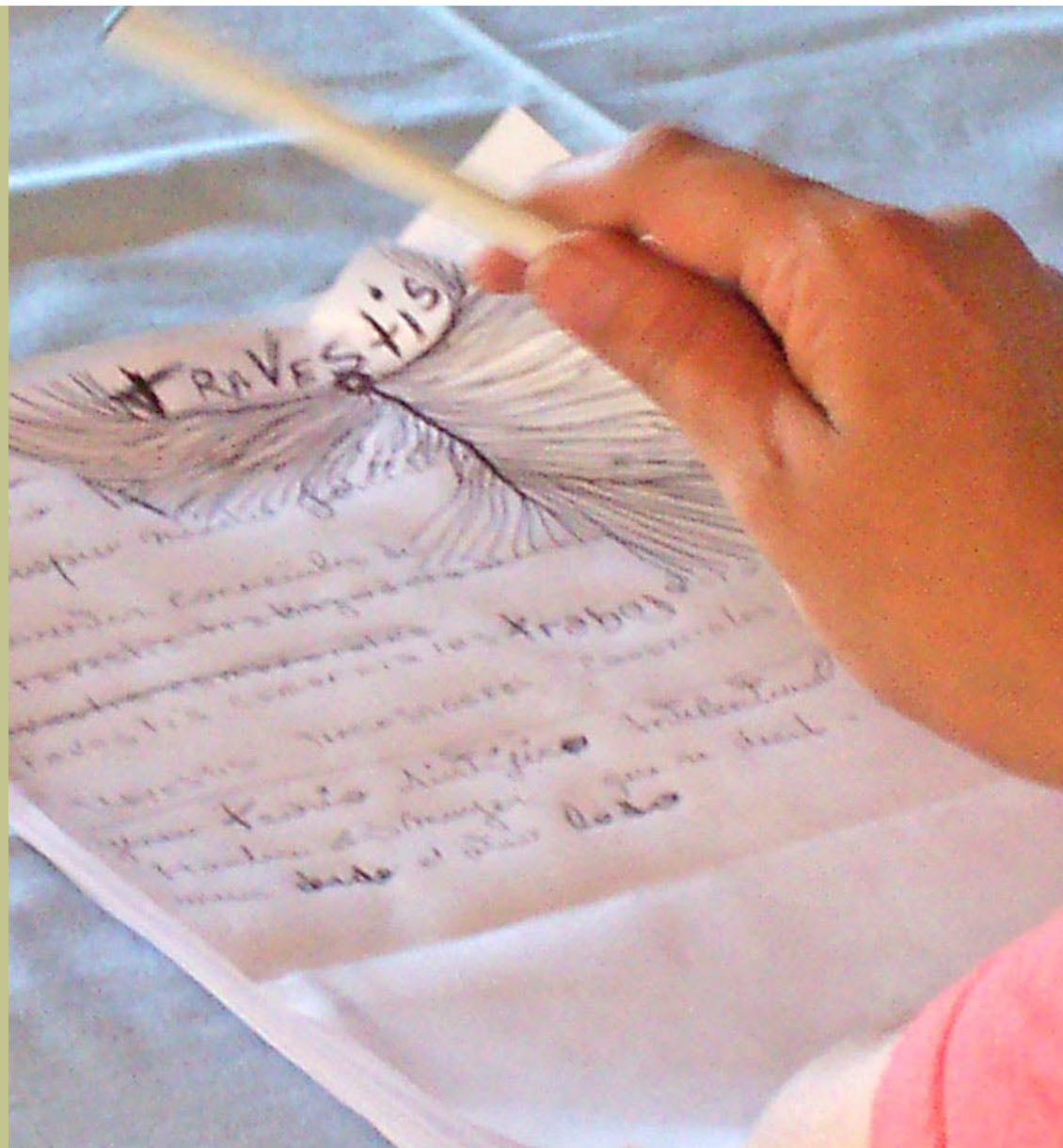


MEMÓRIA DO  
CURSO DO  
INSTITUTO  
PARA ATIVISTAS  
TRANS E INTERSEX  
2005



I G L H R C

International Gay and Lesbian Human Rights Commission





Como esquivar, e também escavar, sob a determinação genérica que a linguagem impõe apenas sobre os sujeitos e suas possibilidades de encontrar-se na língua, senão também sobre nosso modo de pensar e nomear o mundo? Uma das estratégias possíveis é a que temos posto em jogo na escritura desta memória, através do uso do asterisco (\*). Recorremos a esta estratégia textual em três situações pontuais: na formação de plurais generalizados, ao nomear um sujeito cuja identidade de gênero se ignora e sobre quem não queremos impor uma designação de gênero determinada a priori, e ao nomear a um sujeito que não se identifica em uma das opções que prevê o sistema binário masculino-feminino.

Escolhemos o asterisco por várias razões. A arroba (@) só permite ser lida como “masculino e feminino”. A letra x, também utilizada com este propósito, poderia ser confundida com a designação de sexo intersexo, tal e como tem sido utilizada em alguns lugares. Já o asterisco, gostamos por conta da sua representação gráfica, pendido, quase pendurado sobre a frase, como uma estrela sobre o horizonte ou um ponto de fuga para algum lugar. Por suposto, o asterisco não pode pronunciar-se -e gostamos disso também, pois devido a tanto permite expressar, ao gaguejarmos a língua, o status daquel\*s a quem o gênero ignora.

# ÍNDICE

<b>1. Apresentação do Curso do Instituto e d*s participantes</b>	<b>4</b>
<b>2. Dedicatória *s participantes</b>	<b>5</b>
<b>3. Introdução: história da iniciativa</b>	<b>6</b>
<b>4. Estrutura do conteúdo do Curso</b>	<b>9</b>
<b>5. Conteúdos, metodologia, desenvolvimento das atividades</b>	<b>12</b>
5.1. Teoria e política trans e intersex	12
5.1.1. Mapa de categorias e comunidades	12
5.1.2. Conceitos, teoria e políticas	13
5.1.3. Troca de experiências	14
5.2. Direitos Humanos	18
5.2.1. Conceito de Direitos Humanos Direitos sexuais e reprodutivos TTTI	18
5.2.2. Sistema interamericano de Direitos Humanos	24
5.2.3. Sistema internacional de Direitos Humanos	30
5.2.3.1. Documentação de casos de Direitos Humanos	32
5.2.4. Feminismo	33
5.2.5. Interseccionalidade, discriminações e HIV/AIDS	35
5.3. Desenvolvimento organizacional	39
5.3.1. Organização de grupos de ativismo TTTI	39
5.3.2. Financiamento de projetos TTTI	43
5.3.3. Comunicação	44
5.3.4. Ativismo Intersex	46
5.3.5. Agenda trans e intersex	46
<b>6. Instituições e pessoas que colaboraram</b>	<b>50</b>
<b>7. Avaliação</b>	<b>51</b>
<b>8. Conclusões</b>	<b>53</b>

## 1

## Apresentação do Curso do Instituto e d\*s Participantes

O Curso do Instituto para Ativistas Trans e Intersex da região foi realizado na localidade de La Falda (Córdoba-Argentina), entre os dias 19 de outubro e 1 de novembro de 2005.

### Participantes

Diana Sacayán, Argentina  
Joaquín Ibarburu, Argentina  
Gary Cristian Cordero Rodríguez, Bolívia  
Alexander Delgado Flores, Bolívia  
Daletty Di Polly, Brasil  
Alexandre Peixe Dos Santos, Brasil  
Dalia Daniela Romero Parra, Colômbia  
Natasha Jiménez, Costa Rica  
Danielle Pulido Alamo, Cuba  
Andrés Ignacio Rivera Duarte, Chile  
Mabel Montesdeoca, Equador  
Monica Amarantha Hernandez, El Salvador  
Gabrie Mass, Honduras  
Claudia Spellmant, Honduras  
Silvia Martínez, Nicarágua  
Leslie Palmer, Paraguai

Alejandro Escobar, Paraguai  
Jana Villayzán, Peru  
Ruddyt Yhajaira Marcano Bravo, Venezuela

### Capacitador\*s

Lohana Berkins, Argentina  
Belissa Andía Perez, Peru  
Marlene Wayar, Argentina  
Gustavo Blázquez, Argentina  
Joseph Thompson, Costa Rica  
Arnoldo Rosenfeld, Argentina

### Documentação visual

Argelia Bravo Melet, Venezuela

### Equipe de Coordenação

Alejandra Sardá, Coordenadora do Programa para a América Latina e o Caribe  
Marcelo Ferreyra, Coordenador Adjunto  
Rosa Posa Guinea, Responsável da Área Instituto  
Mauro Cabral, Responsável da Área Trans e Intersex

A realização do Curso do Instituto foi possível graças ao apoio econômico de ONUSIDA e UNIFEM, às contribuições de Alex Teixeira e José Maldonado, à colaboração voluntária –e imprescindível– de tod\*s \*s capacitador\*s, e à extraordinária hospitalidade do hotel Ollantay e das pessoas de La Falda.

## 2

**Dedicatória \*s  
participantes**

A realização desse Curso do Instituto foi uma idéia sonhada, acariciada, esperada. Esteve em nossas ilusões, em nossas fantasias, em nossas conversas, em nossas esperanças. Esteve em nossos planos – nesses que achamos possíveis, e também nos que achamos, por momentos, irrealizáveis. Esteve, evidentemente, em nosso trabalho; no trabalho individual, no de nossa equipe e no trabalho que compartilhamos com outros grupos e pessoas. Essa idéia nos guiou na busca do lugar onde nos encontrarmos, no desenho de um programa, na seleção do material...

E então chegaram vocês.

Certamente, estávamos esperand-\*s. Conhecíamos vocês desde que recebemos suas solicitações; aprendemos a conhecê-l\*s melhor através dos diálogos que vieram. Mas a maravilha do encontro foi algo que nunca sonhamos – não na intensidade, não no ambiente cálido, não na vontade de compartilhar que cada um\* de vocês trouxeram consigo.

Este Instituto que nós sonhamos é, sobretudo, o Instituto de vocês. Construído passo a passo, em cada aula, em cada conversa, em cada olhar, em

cada abraço, em cada silêncio, no riso compartilhado; seu trabalho continua ali, onde cada um\* de vocês estão, neste momento, fazendo possível a realidade de outros mundos.

## 3

## Introdução: história da iniciativa

Em novembro de 2004, o Programa para a América Latina e o Caribe da IGLHRC iniciou uma nova etapa no trabalho que vinha realizando desde 1990. Incorporamos às nossas atividades habituais (documentação e denúncia de violações aos direitos humanos baseadas na orientação sexual, na identidade e na expressão de gênero; vinculação com outros movimentos sociais e pesquisa participativa) duas áreas: temas trans e intersex e instituto que –durante o primeiro ano da nova etapa– trabalharam em conjunto para produzir o curso que esta Memória documenta.

Por que decidimos fazer o Instituto? Como tantos projetos, este nasceu em parte por frustração e em parte por gratidão. Durante muitos anos organizamos oficinas de capacitação em direitos humanos e em outros temas, na região e fora dela, e participamos –como capacitador\*s ou como “alun\*s”– em muitos deles. Sem dúvida alguma, as melhores, as que ficaram gravados na alma e não só no saber, reuniam algumas características que quisemos resgatar. Características que falam de uma forma de aprender, de se construir como

ativista, que é profundamente política – um “como fazer” que é inseparável de “o que fazer”:

A primeira, a mais importante, é o tempo. Quisemos esquecer da loucura dos dez milhões de conteúdos em dez minutos; do tempo quase industrial marcado pelo rendimento e a produção, para recuperar o tempo-rio, que quando se necessita dele, corre, e quando não, se saboreia. Quisemos usar e dar o tempo que cada um necessitasse para pensar, para sentir, para se atrever a perguntar.

A segunda é compartilhar, aprender construindo-nos como comunidade, convivendo – e convivendo durante um tempo suficiente para que essa convivência nos marcassem, nos modificassem. Tivemos a certeza de que a formação seria realizada o tempo todo – na “sala de aula”, mas também no dormitório, na mesa, e no passeio de compras no povoado (e assim aconteceu). E que “participantes” éramos tod\*s, mesmo quando, eventualmente, assumíamos outros papéis.



A terceira foi a opção pelo “outro lado” da hierarquia: no sul, idealizado e coordenado por pessoas do sul, com capacitador\*s do sul. Porque acreditamos que são muitos os saberes que habitam este lado do mundo, e ninguém melhor que nós mesm\*s para fazê-los circular. E acreditamos também que é demasiado o que olhamos, e continuamos olhando, ao norte como guia e modelo, como se a única coisa que pudéssemos fazer fosse traduzir, adaptar, disfarçar-nos como esses pobres Papais-noéis com roupa de inverno aqui no sul do sul onde é verão no Natal, ou próximo do Equador, onde o inverno não se atreve. Pensamos os cursos do Instituto, também, enquanto espaços onde podem ser resgatadas, fortalecidas e difundidas as múltiplas formas latino-americanas de saberes ativistas vinculados à sexualidade.

Tempo, comunidade, identidade. Esses foram, e são, os pilares deste projeto.

Por que começamos dedicando o Instituto às pessoas trans e intersex?

Esta “dedicatória” é parte de uma opção política que tomou, primeiro,

o Programa para a América Latina e o Caribe e, agora, a organização inteira. As pessoas trans e intersex, e suas temáticas, são prioritárias para a IGLHRC. Por quê?

- Porque são el\*s que sofrem as violações mais brutais aos seus direitos humanos. São del\*s os corpos assassinados sem que ninguém se preocupe em averiguar quem fez. São el\*s que todas as polícias da região, dia após dia, noite após noite, detêm, extorquem, violentam. São el\*s que – salvo exceções – dificilmente tenham acesso à escola, ao trabalho e à moradia digna. São el\*s a quem se nega o direito de decidir sobre seus corpos e suas identidades. São el\*s quem – como ninguém mais – têm que optar entre um documento de identidade que lhes garanta a cidadania ou a possibilidade de preservar seu corpo de tal maneira que possam sentir o prazer e procriar.

- Porque os gays e as lésbicas – e suas organizações – têm uma dívida enorme de solidariedade e respeito para com as pessoas trans e intersex, que começa pela não aceitação do privilégio que

implica ter uma identidade e uma expressão de gênero convencionais. Para nós, privilégio é igual a obrigação. Obrigação de compartilhar, de abrir portas para que entrem conosco quem não tem privilégios, de colocar – incondicionalmente – os frutos do privilégio (nossos títulos universitários, nosso dinheiro, nossos idiomas, nossos públicos que nos escutam, nossa aparência que não causa temor a ninguém, etc.) a serviço d\*s outr\*s.

- Porque acreditamos que é imprescindível desconstruir o sistema binário de sexo/gênero que estrutura o mundo ocidental de forma tão absoluta que, na maioria dos casos, nem sequer se percebem. Para que “outras sexualidades sejam possíveis” é imprescindível, e urgente, que deixemos de reagir pela idéia absurda de que existem apenas dois corpos possíveis (macho e fêmea) e dois gênero ligados indissolivelmente a eles (homem e mulher). Fazemos das pessoas e das temáticas trans e intersex nossa prioridade porque são elas que – com sua presença, seu ativismo e sua produção teórica – nos marcam o caminho para a mudança de paradigma

que permitirá que em nosso mundo  
haja tantos corpos, tantas sexualidades  
e tantas identidades quanto a vida  
vá querendo. E todas respeitadas,  
desejadas, celebradas.

Por tudo isso, e por muito mais que  
certamente ainda não descobrimos,  
tivemos a honra e o prazer de organizar,  
como IGLHRC, o primeiro curso de  
formação para ativistas trans e intersex  
realizado no sul do mundo.



## 4

## Estrutura do conteúdo do Curso

### Conteúdo e Material

O Curso do Instituto de Formação para Ativistas Trans e Intersex estruturou-se a partir de três eixos principais: teoria e política trans e intersex, desenvolvimento organizacional e direitos humanos. A seleção destes três eixos foi feita baseada em um levantamento informal prévio sobre as necessidades e interesses das comunidades e movimentos trans e intersex da região. Também contribuíram, com suas opiniões, tod\*s \*s ativistas que apresentaram sua solicitação para participar do Curso, assim como \*s capacitador\*s convocados e a equipe de coordenação formada por membr\*s do staff da IGLHRC.

### Teoria e política trans e intersex

Este eixo foi desenvolvido a partir de três premissas fundamentais: a construção comum do conhecimento; o respeito e a celebração da diversidade; o reconhecimento da especificidade das experiências trans e intersex na região,

assim como das diferentes formas em que tais experiências foram e são conceitualizadas por seus protagonistas.

Os conteúdos abordados ao longo das quatro jornadas reservadas para o desenvolvimento deste eixo de trabalho reuniram, por exemplo, a construção coletiva de um mapa regional de conceitos e “formas de denominar” trans e intersex, assim como a elaboração de um diagnóstico geral da situação de comunidades e movimentos políticos trans e intersex na região. Discutiram-se teorizações diferentes sobre gênero e identidade, com especial ênfase nas versões não biologicistas.

### Desenvolvimento Organizacional

Este eixo foi proposto, desde o início, como uma abordagem prática dos diferentes desafios que enfrentam os grupos de ativismo político trans e intersex na região. Esta proposta incluiu, portanto, questões relativas ao desenho de agendas de trabalho, à comunicação institucional e às relações com os meios de comunicação, ao financiamento, etc.

## Direitos Humanos

Este eixo foi desenvolvido procurando integrar dois aspectos: por um lado, uma introdução teórico-prática aos sistemas internacional e interamericano de direitos humanos; por outro lado, a documentação de violações aos direitos humanos das pessoas trans e intersex. Estes dois aspectos foram abordados dentro de uma discussão mais ampla – mantida em torno à especificidade das pessoas trans e intersex como sujeitos de direitos humanos e, particularmente, como sujeitos de direitos sexuais e reprodutivos. Um tema prioritário incluído neste eixo de trabalho é a interseccionalidade, cuja introdução permitiu articular formas diferenciadas da discriminação e da opressão experimentadas pelas comunidades trans e intersex da região.

## Material entregue

- “Money Makes Sex, o la industrialización de los sexos”, de Beatriz Preciado. Publicado em seu livro *Manifiesto Contra-Sexual*, Opera Prima, Madri, 2002.
- “Género para un diccionario marxista”, de Donna Haraway, publicado em seu livro *Ciencia, cyborgs y mujeres*, Catedra, Valencia, 2005.
- *Yo soy mi propia mujer* (fragmento), de Charlotte von Mahlsdorf. Tusquets, Barcelona, 1994.
- “Los sexos, ¿son o se hacen?”, de Diana Maffía e Mauro Cabral, publicado em Maffía, Diana (comp.) *Sexualidades Migrantes. Género y Transgénero*. Feminaria, Buenos Aires, Argentina.
- “Apuntes Transgénero”, de Belissa Andía Perez (mimeo), palestra apresentada no Seminário Regional: Salud, Sexualidad y Diversidad en América Latina, Lima, 2005.
- “Perversión Sexual o Transensualismo” de Vernon Rosario, publicado na Revista Litoral nº 33, Ediciones Literales, Córdoba, 2003.
- “Una vez más... con ganas”, de Dean Spade, publicado na compilação de Morty Diamond *From the Inside Out*, Manic D Press, Nova York, 2004. Tradução de Joaquín Ibarburu.
- “Bases conceptuales, instrumentos e instituciones del derecho de los derechos humanos” e “Protección internacional de los derechos humanos de la sexualidad y la reproducción”, do texto de Giulia Tamayo *Bajo la Piel, Derechos Sexuales y Reproductivos*, Centro de la Mujer Peruana “Flora Tristán”, Lima, 2001.
- “Haciendo Lobby”, de Marcelo Ferreyra. Cuadernos de Estrategia para Activistas, Buenos Aires, 2005 (mimeo).
- “Las demandas por los derechos sexuales”, de Alice Miller, publicado por CLADEM em *Derechos Sexuales, Derechos Reproductivos, Derechos Humanos*, Lima, 2002.
- Resoluções da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas (2005): Defensores de los Derechos Humanos, Derechos del Niño, Derecho de toda persona al Disfrute del más Alto Nivel Posible de Salud Física y Mental, Tortura y otros tratos o penas crueles,

inhumanos o degradantes, Derecho a la libertad de opinión y de expresión, Ejecuciones Extrajudiciales, Sumarias o Arbitarias, Desapariciones forzadas, Eliminación de Violencia contra la Mujer.

- “La Resolución sobre Derechos Humanos y Orientación Sexual presentada por Brasil. Compendio Informativo para las Delegaciones Oficiales”, produzido por ARC International, 2005.
- “Sexual no reproductivo: explorando la conjunción y la disyunción entre derechos sexuales y derechos reproductivos”, de Alice Miller, publicado en *Derechos Sexuales y Reproductivos, aportes y diálogos contemporáneos*, Centro de la Mujer Peruana “Flora Tristan”, Lima, 2001.
- “Referencias sobre la prohibición de la Discriminación con base en la Orientación Sexual en el Sistema Internacional de Protección de los Derechos Humanos”, elaborado pela International Commission of Jurist, 2004.

- “Una conversación sobre derechos sexuales en India”, produzido por CREA, SANGAMA e TASHI, 2004. Tradução de Alejandra Sardá (mimeo).
- “Situación legal que en América Latina y el Caribe avala la discriminación de las personas por su orientación sexual real o aparente y por su identidad y expresión de género”, elaborado por Marcelo Ferreyra, 2005 (mimeo).
- “Ciudadanía (trans) sexual: apuntes críticos”, de Mauro Cabral, Córdoba, 2005 (mimeo).

**\*s participantes também receberam:**

- Um exemplar da revista *SeriAs por el Debate*, Lima, 2005.
- Dois exemplares do Dossiê de Saúde da Revista *NX*, Buenos Aires, 2005.
- Um exemplar do dossiê *queer* da Revista *Nombres*, nº 19, Córdoba, 2005.
- Um exemplar de *Elige*.
- Um exemplar do livro *Cuerpos Desobedientes*, de Josefina Fernandez, EDHASA, Buenos Aires, 2004.

- Material prático de documentação de violações aos direitos humanos, formulários de informação para Relatores especiais, etc.
- Material prático de solicitação de financiamento.
- Material produzido pela Campanha por uma Convenção Interamericana dos Direitos Sexuais e Reprodutivos.

# 5

## Conteúdos, metodologia, desenvolvimento das atividades

### 5.1.

#### Teoria e política trans e intersex

##### 5.1.1.

#### Mapa de categorias e comunidades

19 de novembro de 2005

Esta primeira jornada foi dedicada à apresentação do Instituto, d\*s participantes, d\*s capacitador\*s e da equipe de coordenação. Ao longo das diferentes atividades realizadas durante este encontro reconstruiu-se coletivamente um estado geral das comunidades trans e intersex da região, procurando integrar os aspectos problemáticos – tanto no nível social como político – com a recuperação de outros aspectos, frequentemente invisíveis, que tornam possível a sobrevivência das pessoas trans e intersex na região e seu ativismo político. Também foi um primeiro exercício coletivo de comunicação, no qual se integraram competências de expressão oral e de escuta crítica. As atividades foram coordenadas por Alejandra Sardá e Mauro Cabral.

A primeira volta de apresentações foi acompanhada, além disso, por uma leitura das expectativas que cada pessoa trazia para o Curso. Cada participante escreveu suas expectativas e depositou-as em uma caixa, que seria aberta outra vez, somente ao concluir o Curso. Entre as expectativas compartilhadas esse dia encontram-se, por exemplo: aprender, obter apoio para as comunidades, compartilhar experiências, fortalecer o ativismo e as lideranças políticas, construir laços, elaborar planos de ação, construir e compartilhar linguagens comuns, conseguir ferramentas, abrir portas para mudanças na região, levar novos conhecimentos aos países de origem, tornar-se mais human\*s, experimentar culturas diferentes, ser amig\*s, construir outros mundos possíveis, fazer do próprio corpo o primeiro território de paz, viver a experiência com alegria, celebrar.

Logo depois, fez-se uma segunda volta, esta vez dirigida por uma orientação específica. Cada participante devia considerar seu país e sua comunidade como objeto, e contar ao demais “o melhor” e “o pior” de cada um.

“O melhor” ficou cheio de referências a famílias, amig\*s e grupos de ativismo; a espaços públicos abertos para a apresentação de projetos, a leis antidiscriminatórias (como no caso equatoriano), à possibilidade de contar com cirurgias e hormônios (como no caso chileno), à existência de centros do estado (como o CENESEX, em Cuba). Também foram destacados como “o melhor” a beleza de muitos países, as tradições compartilhadas, as pessoas, \*s amig\*s.

No “pior” coincidiram: a falta de organização comunitária; a solidão, a falta de contato com pares; a exclusão e a violência familiar e social, a



Gustavo Blázquez

discriminação no trabalho, a dupla moral, o desprezo que sofrem \*s ativistas trans e intersex no contexto de grupos GLTB, ser suplantad\* pela palavra de specialist\*s, particularmente psiquiatras e advogad\*s.

Um dos dados mais assustadores que esta atividade produziu foi a constatação coletiva da dificuldade de relacionar as experiências trans e intersex na região com a qualificação do “melhor”. Alguns participantes preferiram referir-se a elementos que identificaram como “algo bom para contar”, ao invés de se referirem ao “melhor”, já que não encontravam, na sua realidade, algum elemento suscetível de ser descrito nesses termos.

A terceira volta realizada apontava para a identificação, em cada caso, de “meu/minha principal inimigo/a” e “meu/minha principal aliado/a”. Ao longo desta última volta, o feminismo não fundamentalista apareceu como um aliado imprescindível em muitos casos, assim como o resto das comunidades trans, bissexuais e intersex; também os grupos de gays e lésbicas e seus

líderes políticos, e agências estatais, como Ministérios de Saúde, centros especializados. Tanto o apoio familiar como as possibilidades abertas pelo anonimato foram elementos destacados. Entre os inimigos apareceram de forma constante os estados, as igrejas e os meios de comunicação de massa, assim como os grupos de gays e lésbicas com discursos e práticas transfóbicas e, evidentemente, os próprios fundamentalismos trans e intersex.

### 5.1.2.

#### **Conceitos, teoria e políticas**

20 de outubro de 2005

O responsável por esta aula foi o professor Gustavo Blázquez. Ao longo da manhã, o docente desenvolveu uma concepção “performativa” do gênero – isto é, uma concepção que considera o gênero como “fazendo-se” na ação, ao invés de considerá-lo uma identidade fixa e vinculada “naturalmente” com a biologia. Neste contexto, introduziu as noções de “performatividade”, “enunciado performativo” e “performance”,



detendo-se particularmente na noção de “tecnologia”. O gênero foi apresentado então não apenas como uma forma de classificação social, que os estados nacionais manipulam de modo normativo, mas também como uma realização – tanto coletiva como individual – que não pré-existe aos sujeitos (isto é, que se realiza no momento em que ocorre, no momento em que sucede).

Desta maneira, introduziu-se a idéia de que o gênero não “expressa” uma realidade bioanatômica que lhe pré-existe, mas que se “faz” (e nisso consiste sua performatividade), através de “enunciados performativos” (ou seja, de frases que tornam realidade aquilo que denominam, como quando se diz “declaro-os marido e mulher”). Esta característica performativa do gênero deve se diferenciar da “performance”, isto é, da “colocação em cena” do gênero – aquela que ocorre, por exemplo, cada vez que “atuamos como” homens ou mulheres, seguindo o roteiro cultural do masculino ou do feminino, através de diferentes tecnologias. Foram exploradas coletivamente diferentes

tecnologias de “fazer-gênero”, desde aquelas mais normativas – como a atribuição do sexo ao nascer; a divisão de roupas, brinquedos e atividades em “masculinas” e “femininas”; e as divisões de gênero institucionalizadas, tais como banheiros públicos, escolas e hospitais –, até as mais libertárias – tais como as tecnologias envolvidas na produção de gêneros travestis, trans e intersex, incluindo não apenas as tecnologias de modificação corporal, mas também aquelas que envolvem tons de voz, modos de caminhar, etc. No entanto, destacou-se com insistência o caráter ambíguo das tecnologias mencionadas na sua capacidade de “fazer-gênero” performativamente – por exemplo, um mesmo ato de dar nome pode ser experimentado como opressivo ou como libertador.

Durante a tarde, e através de trabalho de grupo, reconstruiu-se coletivamente um “dicionário” regional. Cada grupo elaborou uma lista das diferentes maneiras de denominar e serem denominados que circulam entre as comunidades trans e intersex. Compartilhar estas listas não só teve

o efeito de proporcionar um meio de “tradução” intra-regional, mas também de celebração da diversidade, e uma exploração tanto das imposições da linguagem como do poder das comunidades trans e intersex para subvertê-la.

Durante a noite, depois do jantar, realizou-se uma atividade complementar, sugerida pelo docente durante a aula: cada participante devia elaborar um enunciado pré-formativo – isto é, um que ao ser pronunciado “torna-se realidade”. A atividade, que havia sido precedida por um desfile de modelos organizado espontaneamente pelo comércio da região, teve um caráter relaxado e festivo.

### 5.1.3.

#### **Troca de experiências**

21 de outubro de 2005

Esta foi, sem nenhuma dúvida, a mais difícil e emocionante aula de todo o Curso. Sob a coordenação de Belissa Andía, cada pessoa, participantes e capacitador\*s trans, contaram suas histórias, entremesclando



suas experiências de vida com suas experiências de ativismo.

Os testemunhos oferecidos ao longo desta jornada – crus, brutais, por momentos insuportáveis – não terminaram, em nenhum caso, na vitimização. Ao contrário, cada história relatada ofereceu a oportunidade de compartilhar tanto as formas de sobrevivência como as de celebração: famílias, amig\*s, grupos de ativismo, o amor d\* outr\*, o próprio amor.

### **Família**

Foram narradas diferentes experiências de maus-tratos familiar e abandono familiar, incluindo expulsões da casa ao iniciar a adolescência. Vários relatos contaram sobre experiências de machismo dentro da família.

Algumas vezes apareceu nas narrações a concepção familiar da homossexualidade ou o travestismo como algo mau, perverso, que exige explicação. “Meus pais diziam em que erraram”, foi uma frase repetida. Também houve oportunidade de

escutar relatos de infâncias travestis excepcionais:

“Minha situação foi muito diferente de qualquer travesti, eu tive uma infância muito linda e muito cuidada”.

“A introdução da vida familiar no relato das histórias de vida permitiu tornar visível uma dimensão biográfica, em geral, oculta. Parece-me uma estratégia muito boa a que fomos dando, de nos visibilizarmos como o que somos: meninas violentadas. O imaginário coletivo nos coloca como travestis-peitos-bunda, gozando de sua vida silenciosa, e somos meninos e meninas maltratad\*s. Quando escutei o que diziam, não via vocês, via crianças”.

“Aqui me sinto em família”.

### **Comunidade**

Uma experiência compartilhada por muit\*s d\*s presentes foi a da solidão extrema, de sentir que estava só no mundo. O encontro com outr\*s aparece, então, como uma oportunidade única:

“Quando encontrei outro homem trans, para mim foi uma explosão”.

A vivência da solidão abriu o caminho de encontros impensados:

“era tanta minha sede que fiquei e fingia me prostituir com elas para ter um grupo”.

A invisibilidade social da transexualidade e o estigma associado ao travestismo conspiraram, em muitos casos, para tornar essa solidão original em uma experiência comunitária positiva. Da mesma maneira, o segredo social que envolve a intersexualidade tornou muito difícil, ou impossível, a construção de comunidades intersex na região.

Em muitos países persistem as lembranças recentes de épocas em que prendiam as travestis; em outros países essa lembrança é uma realidade cotidiana.

### **Vulnerabilidade**

As diferentes formas que toma a vulnerabilidade em que vivem as comunidades trans e intersex da região emergiram com insistência ao longo desta jornada. O travestismo apareceu

continuamente como “mal visto” socialmente; como causa de expulsão familiar, discriminação escolar, no trabalho, na saúde e habitacional. De uma forma mais ampla, todas aquelas expressões de gênero que contrariam o estereótipo heteronormativo apareciam expulsando as pessoas para uma vulnerabilidade permanente:

“Numa cidadezinha, um menino chegou com maquiagem e com as sobrancelhas depiladas, e lhe disseram que não podia entrar.”

“Perdi minha licença para ensinar por ser homossexual”.

“Quando lhe vêem, dizem que você é um fenômeno, uma aberração”.

“Sou órfão de pai e mãe, e cresci num orfanato, onde sofri todo tipo de vexação por ser o que sou, como me deixar sem comer uma semana, não me deixar ir estudar, etc., mas sempre fui uma pessoa rebelde. Me obrigavam a usar roupa de mulher...”

“Bateram em mim, fui exorcizado”.

“Comecei a tomar hormônios aos 11 anos, e aos 15 me botaram para fora de casa; não conhecia ninguém, até meus próprios amigos gays me rejeitavam... conheci outras realidades, me prostituí, porque não tinha jeito de sobreviver; enfrentei a violência e as drogas na rua, ainda não tinha nenhuma experiência política, as pessoas são muito agressivas, nos agredem verbal e fisicamente.

Quando tinha 16 anos, passou um carro e me jogaram um líquido; acenderam e percebi que era álcool, fui queimada...”

“Diferentemente dos meninos aqui, eu não terminei meus estudos porque, quando estava no segundo ano, quatro homens me bateram, me violaram, e não voltei para a escola”.

Algumas vezes repetiram-se os relatos de hostilização e assédio policial, maus-tratos, sexo forçado em delegacias e prisões, e torturas e assassinatos em mãos de forças policiais, ou acobertados por forças policiais.

As vivências narradas, em várias oportunidades, entrelaçaram-se com situações limite – tentativas de suicídio, uso de drogas, delinquência.

Tanto nas experiências trans como nas intersex apareceu de forma frequente a dificuldade de ter acesso a espaços próprios de interlocução, ao reconhecimento da “primeira pessoa”. Marcadamente, esta situação reflete, nestas histórias, o poder da medicina, da psiquiatria e o direito para decidir-por e falar-por as pessoas trans e intersex.

### Ativismo

Os diferentes relatos compartilhados ao longo desta jornada abordaram determinados eixos comuns em torno ao ativismo trans e intersex na região. Uma narração comum é aquela que, reconhecendo o início do ativismo trans dentro das organizações de gays e lésbicas, denuncia, no entanto, o estado atual dessa relação entre grupos, agendas e movimentos políticos.

“As travestis são carne de canhão, e só elas e as lésbicas são plenamente visíveis nas paradas”.

“Quando recorremos a certa ajuda, ela é condicionada; o dinheiro é administrado por gays e lésbicas, e assim não quero

trabalhar, eu prefiro ajuda de quem não coloca preço”.

“Não existem fundos diretos, a discriminação gay é muito intensa, isso motivou a organização”.

“Quando necessitam pedir fundos, dizem que trabalham com travestis, mas não é verdade”.

“A população gay e lésbica nos achatou”.

“Gays e lésbicas nos ignoram, nos julgam e nos utilizam; cada vez que tem uma parada me mandam uma carta me convidando, porque lhes faz falta o T, logo depois se apresentam a uma financiadora e ficam como se trabalhassem como pessoas trans, mas não sabem nada, nem o que é transexual ou transgênero”.

“Começou a se gerar um conflito com gays e lésbicas, e começamos a colocar a necessidade de falar por nós mesmas... com grandes problemas para ter acesso a financiamento, porque as travestis são consideradas pouco formadas, não tínhamos conhecimento de como

elaborar projetos, mas começamos a fazê-los”.

Outros temas que apareceram de forma freqüente nos relatos compartilhados são a dificuldade de organização intra-comunitária, onde experiências passadas de utilização política tornam as pessoas “desconfiadas”, assim como certo desinteresse comunitário pelo trabalho político a longo prazo. Também foram assinaladas dificuldades no acesso ao reconhecimento jurídico dos grupos trans – o que conspira contra suas possibilidades de financiamento.

“A experiência do ativismo é muito dura, sente-se no corpo”.

### **Empoderamento**

Um dos aspectos mais destacáveis das histórias compartilhadas foi a constante introdução do empoderamento como exercício e como horizonte.

“Estudo todos os dias, uma hora, é a primeira coisa que faço ao me levantar”.

“Eu brigo pelos meus direitos, e estímulo a que outras também briguem”.

“Para mim, foi um grande desafio estar em uma universidade estatal. O dia da graduação foi como eu queria, com gravata, embora todos me olhavam e riam de mim, mas não me importava nada disso”.

“Eu sabia que era travesti pela designação social, mas não porque eu decidi me chamar assim, depois de me encontrar com outras companheiras comecei a mudar o que conhecia e a me construir como travesti com outra concepção”.

“Começamos a nos desprender desse paternalismo ou maternalismo que se queria exercer sobre nós”.

“Marginalização, discriminação, não compreensão, são também o combustível que faz com que a gente comece a brigar por nossos direitos”.

“As pessoas com dor interior têm mais força para lutar”.

“O que fez irmos a outro lugar foi quando começamos a escutar as lesbo-feministas, que nos permitiam contestar os gays...”

“Temos que buscar os interstícios que a lei tem, como comprovei quando quis voltar a estudar. A diretora da escola me disse que não havia vagas, eu ameacei processá-la se descobria que era um caso de discriminação, finalmente consegui que me admitissem e me saí muito bem”.

“Quando fomos aos organismos de direitos humanos nos rejeitaram, porque não estavam bem documentados, e nós ficávamos, e aparecíamos, e exigíamos falar primeiro (...) O governo sempre diz ‘não’, mas nós, com muita insistência, conseguimos que nos atenda. O empoderamento nos tornou sujeitas de direito. Íamos a reuniões e não entendíamos nada, e perguntávamos, e nos informávamos, para a próxima vez”.

“Não me escreva a carta, só me ajude a escrevê-la”.

## 5.2. Direitos Humanos

### 5.2.1. Conceito de Direitos Humanos. Direitos sexuais e reprodutivos TTTI

Sábado, 22 de outubro de 2005

O desenvolvimento deste tema foi realizado por Alejandra Sardá. Houve uma primeira apresentação do conceito e um debate posterior.

### O QUE SÃO OS DIREITOS HUMANOS?

São apresentados como um “ideal comum” de todos os povos e para todas as nações, que acompanha a humanidade em sua evolução, isto é, que vão incorporando as demandas de novos grupos oprimidos (as mulheres, os povos indígenas, as travestis, etc.).

Em alguma medida, constituem uma crítica à ordem existente (mostram como deveria ser um mundo justo, em contraste ao que é), mas também são a expressão de um momento histórico



Alejandra Sardá durante a jornada

determinado, no qual surgiram em sua formulação atual (segunda metade do século XX), e de relações de poder entre as sociedades (o norte versus o sul, ocidente versus oriente) e dentro das mesmas. O sujeito abstrato dos



direitos, no entanto, é um homem branco, proprietário, heterossexual – a luta incessante das mulheres, dos povos indígenas, d\*s afro-descendentes, das lésbicas, gays, pessoas bissexuais, trans e intersex foi, pouco a pouco, abrindo espaços para outros sujeitos, mas essa luta ainda continua e está longe de alcançar mudanças definitivas.

### **A história do conceito de direitos humanos**

A essência dos direitos humanos é o reconhecimento da dignidade da pessoa, sem nenhuma discriminação: a idéia de que todo ser humano, só pelo fato de sê-lo, tem determinados direitos, que nada nem ninguém pode impedir de desfrutar, e que os Estados têm a obrigação de lhe garantir. Esta é uma idéia relativamente nova na história da humanidade.

Durante muitos séculos, o mero fato de ter um corpo humano não garantia ser pessoa, menos ainda de gozar de direitos. Por exemplo: **\*s escrav\*s, \*s serv\*s** na época feudal, **\*s indígenas em todos os territórios colonizadas pela Europa não foram reconhecid\*s** como pessoas e não gozaram de direitos

que hoje são considerados fundamentais. As mulheres foram, até não faz muito tempo (menos de um século), “menores de idade” para a lei – sem direito a votar ou a realizar transações comerciais, ou a viajarem sozinhas.

Quando o Ocidente começou a falar dos direitos “do homem e do cidadão” – na época da Revolução Francesa (fim do século XVIII), a referência era literal: os únicos habilitados para gozar de direitos eram os homens que eram cidadãos – e para ser cidadão tinha que ser proprietário. Olympia de Gouges foi decapitada pela Revolução por ter se atrevido a escrever os direitos da mulher e da cidadã.

Ao longo do século XX – depois da segunda Guerra Mundial e, sobretudo, quando começam os processos de descolonização na Ásia e na África – torna-se cada vez menos aceitável a idéia de raças e povos menos “humanos” que outros. A conformação do “bloco soviético” e o avanço do comunismo e de outras ideologias que questionam a desigualdade econômica fazem com que, ao menos em teoria, se comece a pensar

que também são “human\*s” \*s que não possuem bens materiais. Nas últimas três décadas do século XX as mulheres, os povos indígenas e afro-descendentes começam/retomam a luta por continuar desmantelando os privilégios de gênero e étnico incrustados no paradigma dos direitos humanos. Tarefa a qual mais tarde se somaram as lésbicas, gays, bissexuais, pessoas trans, intersex, pessoas que vivem com HIV/AIDS, pessoas com capacidades diferentes, adolescentes e jovens, etc.

Já no século XXI e na América Latina, o paradigma dos direitos humanos está instalado muito fortemente como modelo almejado. Nosso continente foi a primeira região do mundo que teve uma Declaração de Direitos Humanos, que precedeu em alguns meses a Declaração Universal. De forma diferente do que ocorreu na Ásia e na África – onde muitos setores continuam resistindo ao modelo dos direitos humanos como uma imposição do ocidente – nós o dotamos de conteúdo próprio e o utilizamos como uma arma, e muito eficaz, na luta contra as ditaduras militares primeiro, e contra

a violência econômica e social nos últimos anos.

No entanto, seria desejável não considerá-lo como um modelo acabado e perfeito, mas como uma criação humana, que pode e deve mudar com o tempo para poder continuar sendo útil, para não perder força e, sobretudo, para não se transformar em uma ferramenta de opressão.

Podemos nos perguntar se, tal como está, tal como expressam os Pactos internacionais, esse modelo tem hoje tudo o que necessitamos. À primeira vista, tem pelo menos uma coisa a mais: a propriedade. Que a propriedade esteja consagrada como direito fundamental, no mesmo plano que a vida ou que a liberdade de expressão, é perigosíssimo.

É importante considerar que todos os direitos são igualmente importantes e que é impossível desfrutar de uns se faltam os outros (se alguém não tem suas necessidades básicas satisfeitas – comida, habitação, etc. – de nada adianta ter direito ao voto, já que provavelmente essa pessoa venda seu voto por comida, ou que esteja tão oprimida que nem

lhe importe ir votar). Isso é o que se conhece como “indivisibilidade dos direitos humanos”. Ainda persiste, às vezes, um debate que é absurdo, sobre quais direitos são mais importantes: não existem direitos mais importantes que outros, o exercício de cada um habilita o exercício dos outros.

Outra característica dos direitos humanos é que são universais, isto é, que se aplicam a todas as pessoas, em todo o mundo, em todas as circunstâncias. É uma idéia maravilhosa, mas que se torna problemática quando “universalidade” transforma-se em “homogeneidade” – ou seja, quando se pressupõe não só que as pessoas são iguais, mas que são idênticas: que necessitamos a mesma coisa, que queremos a mesma coisa, que nos dói a mesma coisa. Há muito tempo existe um debate profundo entre a “universalidade” dos direitos humanos e o “relativismo cultural” – é um debate muito difícil em alguns aspectos, quando uma cultura reivindica práticas que para outra (dominante) são inaceitáveis. Ainda falta avançar muito na construção de um marco ético comum para a humanidade,

que contemple as variações, mas que, ao mesmo tempo, tenha critérios comuns sobre o que deve ficar fora desse marco. E é muito difícil elaborar esse marco comum no contexto de desigualdade atual, onde supostamente todos os países são iguais (na hora de falar de direitos humano), mas, na realidade, alguns países são “mais iguais que outros”.

### **A sexualidade nos Direitos Humanos**

Ao paradigma dos Direitos Humanos, na sua formulação original, falta-lhe o corpo ou, melhor dito, a dimensão sexuada do corpo. Porque os que redigiram esses pactos eram, na sua grande maioria, homens heterossexuais brancos, etc. cuja sexualidade – dominante – podia considerar tão “natural” que ficaria fora do marco dos direitos humanos. As mulheres – e as feministas – foram quem primeiro colocou que o corpo sexuada tinha direitos e, também, que os direitos reconhecidos como tais tinham (ou podiam ter) dimensões sexuais. Essa é a idéia fundadora do que hoje conhecemos como “direitos sexuais”, que ainda não



estão plenamente aceitos como tais pelo sistema de direitos humanos.

Não existe ainda uma definição “oficial”, mas podemos pensar que são tudo o que tem a ver com as necessidades da sexualidade e do corpo sexuado. Por exemplo:

- direito a escolher a identidade de gênero
- a não ter relações
- à expressão livre da sexualidade
- à sexualidade por prazer e não por uma questão reprodutiva
- direito à educação sexual

Os direitos sexuais são direitos humanos, visto que \*s humanos têm sexualidade.

Além de definir direitos sexuais, também é importante que apliquemos a dimensão da sexualidade aos direitos já reconhecidos. Por exemplo: o direito à livre expressão, tradicionalmente, entende-se como o direito a expressar as idéias por meio da imprensa, em atos públicos, etc. Qual é sua dimensão sexual? O direito a expressar o gênero

como se entenda, o direito a expressar a preferência sexual (beijando-se em público, por exemplo), etc. Outro exemplo: o direito à educação. No Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, diz-se que tem que ser uma educação que fomente a tolerância e os valores democráticos. Isso pode ser usado contra um livro que fomente a intolerância às sexualidades diferentes ou para desenhar um programa de educação sexual baseado nesses valores. A Convenção dos Direitos da Criança reconhece o direito à educação; quando uma família proíbe a educação sexual pode-se dizer que está violando os direitos da criança.

Como seria a vida se tivéssemos uma educação sexual que falasse do direito ao prazer, que falasse de lesbianismo, trans, que falasse do direito a não ter relações, etc.? Nesse momento, há duas versões da sexualidade no Ocidente. Uma é a visão dos grupos conservadores: que a família recupere a tradição da autoridade paterna, que as mulheres sejam virgem, que gays, lésbicas e trans se curem. E, por outro lado, a do mercado: tem que seduzir,

tem que comprar, ser atraente, existe um determinado corpo que tem que se comprar... é a sexualidade quase “obrigatória”, e sempre ligada ao mercado. O desafio é propor uma sexualidade que tenha a ver com a liberdade, com a humanidade e com a dignidade das pessoas, evitando as pressões do conservadorismo religioso e também as da suposta liberdade ligada exclusivamente ao poder de compra.

\*s participantes apresentaram exemplos tirados de situações em seus países:

- Na Nicarágua, onde um bispo tirou de circulação um manual de educação sexual em que se falava de HIV e de Saúde sexual.



- No Paraguai retiraram um folheto sobre HIV porque, supostamente, era “muito explícito”.

Na maioria dos países, a educação sexual é só reprodução.

A educação sexual nos colégios é como um laboratório que coloca o corpo como mapas. Apresenta mapas e itinerários (itinerários de sexo heterossexual onde participam homens com pênis e mulheres com vagina), os quais também devem ser modificados por causa das igrejas. Mesmo que se fale de sexo heterossexual e reprodutivo, não querem. Mantêm que os homens saibam e as mulheres não, porque, para percorrer esse itinerário, as mulheres devem ser ignorantes.

Quanto aos **limites dos Direitos Sexuais**, uma noção muito forte é a noção de dano: posso fazer o que quiser se não faço dano. Mas não é qualquer dano, mas dano que se possa comprovar, e não consentido (comprovar para evitar

que as pessoas digam, por exemplo, que lhes faz “dano” ver uma travesti).

Depois dos debates sobre Direitos sexuais, propuseram uma série de jogos participativos sobre sexualidade e desejo.

Mais tarde, trabalhou-se em grupos os **Direitos sexuais de pessoas trans para incluir na agenda dos Direitos Sexuais e Reprodutivos**.

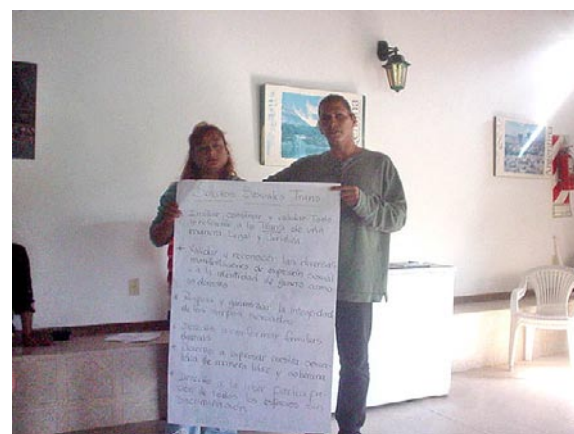
Esta é a lista de direitos que organizamos por temas:

### Identidade sem discriminações

Direito a:

- A identidade de gênero.
- Mudança de nome sem exigência de cirurgias.
- A livre circulação<sup>1</sup>.
- A livre participação de todos os espaços sem discriminação.
- Instituir, construir e validar tudo referente ao trans de uma forma legal e jurídica.

- Validar e reconhecer as diversas manifestações de expressão sexual e a identidade de gênero como um direito.
- Respeitar e garantir a integridade dos corpos sexuados.
- O reconhecimento legal de nossas identidades de gênero.



<sup>1</sup> Direito à livre circulação entra dentro do que chamáramos cidadania sexual.

## **Liberdade de expressão**

Direito a

- expressar nossa sexualidade de maneira livre e soberana.
- a livre associação sexual.
- a liberdade sexual.
- a privacidade sexual.
- equidade sexual.
- o prazer sexual.
- Plena sexualidade.
- a livre opinião.

## **Direito à vida digna**

- a educação.
- plena saúde e trabalho digno.
- A educação sexual inclusiva.

## **Direito à família e reprodução**

- DIREITO a formar famílias diversas.
- a exercer a paternidade e maternidade ou reprodução.
- à adoção.
- ao casamento.

- ao acesso a tecnologias reprodutivas.
- ao aborto para homens trans.

## **Direito à decisão sobre o próprio corpo**

- A decidir sobre o próprio corpo trans e intersex.
- Ao Tratamento transexualizador.
- À Informação baseada em conhecimento científico.
- À livre escolha de uma intervenção cirúrgica e tratamentos complementares.
- A que o estado assuma os gastos de tratamentos hormonais e cirúrgicos.
- À orientação, transição e acompanhamento médico.
- A não ser diagnosticado/a e medicado/a<sup>2</sup>.



<sup>2</sup> *Medicado* refere-se ao sistema opressor e classificador, não significa não acesso à saúde; se é um direito, terá que ter médicos/as capacitados/as que escutem e entendam, por exemplo, a importância do prazer. Que contemos com profissionais que possam cuidar de nossa saúde, além da sexual e reprodutiva. A decisão final não é dos médicos/as, não deve depender deles.



## 5.2.2.

**Sistema interamericano de Direitos Humanos**

24 de outubro

A jornada de segunda-feira, 24 de outubro, esteve sob a responsabilidade de Joseph Thomsom, do IIDH (Instituto Interamericano de Direitos Humanos), cuja sede encontra-se em San José da Costa Rica.

**Realizou uma exposição sobre o sistema interamericano que incluímos integralmente:**



Joseph Thomson durante a sua exposição

**SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS**

- I. O sistema no contexto dos direitos humanos
  - Os direitos humanos: da abordagem filosófica à sua consagração jurídica
  - Os direitos humanos: da consagração jurídica à internacionalização

**CONSEQUÊNCIAS****SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS**

- II. EVOLUÇÃO HISTÓRICA
  - Carta da OEA 1948
  - Declaração Americana de direitos e deveres do homem 1948
  - Comissão Interamericana de direitos humanos (CIDH) 1959
  - Da promoção à proteção indireta: relatórios por países
  - Os casos individuais: 1965

**SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS**

- II. EVOLUÇÃO HISTÓRICA (cont...)
  - Convenção Americana sobre direitos humanos 1969
  - Corte interamericana Corte IDH 1978
  - A transição do sistema

**SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS****III. AS BASES DO SISTEMA**

- Um instrumento essencial (Convenção), e um com valor derivado (Declaração)
  - Dois órgãos, a CIDH e a Corte IDH
  - Procedimentos Especiais para: a) consultas e interpretações; b) casos individuais
  - Recomendações e sentenças
- UM SISTEMA DUAL?

**SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS****IV. OS DIREITOS PROTEGIDOS**

- A lista de direitos
- Preferências por direitos civis e políticos na Convenção
- O Protocolo de San Salvador
- A questão das limitações (referência à questão gay e trans)

**SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS****V. O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA**

- Antes de apresentar um caso ao sistema tem que lembrar:
  - Regra de esgotamento dos recursos internos*
  - Verificação da condição do Estado e da autoridade responsável*
  - Se enquadra na lista de direitos contidos nos instrumentos*
  - Não entrar em caducidade (6 meses desde a parte final dos fatos)*

Pacto de San José da Costa Rica estabelece a Corte Interamericana de Direitos Humanos.

A Comissão começa a emitir relatórios como países. Entre 1969 e 1978 a Comissão era o órgão de proteção único. Depois do Pacto de San José já existem dois: a Corte e a Comissão. A Comissão continua sendo a instituição à qual há que acudir no caso de denúncia. Não se pode ir à Corte para propor um caso, tem que passar pela Comissão.

Foram necessários 9 anos para que a Corte começasse a funcionar.

Para que um caso individual vá à Comissão não é necessário ser uma ONG nem advogado.

O primeiro caso apresentado na Corte foi em 1986.

A Convenção interamericana de Direitos Humanos é a base sobre a qual devem ser preparadas as denúncias.

Existem dois órgãos, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, que está em Washington, e a Corte, que está em San José da Costa Rica.

## SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS

### V. O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA

- Para a apresentação inicial tem que se considerar:

*Ampla legitimação*

*Identificação dos fatos/autoridades*

*Indicação dos direitos violados*

*Determinação de provas no futuro*

## SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS

### V. O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA

Apresentação do caso ao CIDH (Washington)  
A tramitação no CIDH:

- *audiências, provas, possível visita in loco*
- *proposta de acordo amistoso*
- *recomendações, relatório*
- *envio à CorteIDH*

## SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS

### V. O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA

Possíveis efeitos da tramitação na CIDH:

*Restituição*

*Indenização*

*Modificação de legislação ou de políticas*

*Limitações*

## SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS

### V. O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA

A tramitação na CorteIDH (San José):

- *Legitimação restringida*
- *Processo mais formal. Exceções preliminares*
- *Audiências, eliminação de provas*
- *Resoluções (sentenças)*

## SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS

### VI. BALANÇO DO SISTEMA

#### VANTAGENS

- *Sistema abre uma nova possibilidade (instância)*
- *Resoluções podem reparar erros judiciais*
- *Audiência/juízes internacionais (eliminação de fatores internos)*
- *Possibilidade de estabelecer reparações*
- *Reparações podem transcender o individual*

## SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS

### VI. BALANÇO DO SISTEMA

#### DESVANTAGENS

- *O transcurso do tempo. Processo pouco expedito*
- *É necessário ter acesso à CIDH com razões convincentes de entrada (admissibilidade)*
- *Não é necessária, mas é preferível, a assessoria especializada*
- *Reparações devem ser supervisionadas*



A Corte tem dois procedimentos, o sistema de consultas e o sistema de casos. Pelo sistema de consultas, podem ser perguntadas coisas gerais como, por exemplo, o que descumpra a Nicarágua com o 204 (o artigo 204 do código penal da Nicarágua estipula que *“comete delito de sodomia quem induza, promova, divulgue ou pratique de forma escandalosa a cópula entre pessoas do mesmo sexo”*).

A Corte emite sentenças, é um tribunal. A Comissão emite recomendações. É importante chegar à Corte.

**SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS**

O que é viável esperar do sistema interamericano?

- Uma consideração à luz da doutrina humanista
- Um possível impacto internacional
- A possibilidade de reparações que transcendam o caso concreto

**SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS**

- Mínima trajetória acumulada em casos que envolvem preferências sexuais, defesa da identidade sexual
- Potencial do sistema como instrumento de mudança. Comparação com outros temas

Debateu-se sobre diversos casos como o de Karen Atala do Chile, o do Corralito da Argentina, o caso do Equador, Paraguai, Colômbia, Nicarágua e Peru. Sobre a acessibilidade do sistema interamericano. O caso de Cuba, que não assinou o pacto de San José. Os relatórios de Direitos Humanos, etc..

Material entregue:

- cópias da apresentação sobre o sistema interamericano de Direitos Humanos.
- texto integral do Pacto de San José.
- Formulário para apresentar petições sobre violações de Direitos Humanos.
- 2 casos práticos fictícios para trabalhar em grupo.

Trabalhou-se em dois grupos sobre os seguintes casos:

### CASO 1

Na sua patrulha noturna, e ao ser as duas da manhã do dia quinze de outubro, dois policiais, Juan e Alfonso, pertencentes à localidade de Oruña, comunidade urbana do país Austral, dirigem-se ao Parque Voltaire, conhecido como lugar



de encontro e de programas, incluindo algumas formas de prostituição. A distância, vislumbraram a figura de Lili, recostada em um poste com iluminação fraca. Sem que ela faça qualquer provocação, nem que ocorra qualquer fato que mereça intervenção, os policiais se aproximam dela, chamam-na de “meia mulher”, “travesti indecente” e a detêm, diante de várias pessoas, entre elas, amigas de Lili, aludindo uma antiga ordem que proíbe a prostituição, mas que não se aplica na prática. Envia-na a uma prisão cheia de outros delinquentes, todos homens, dizendo a Lili que, no final das

contas, isso é o que biologicamente é; mas antes bater nela, provocando feridas no rosto e no tórax. Lili sofre vexações e ressentido as pancadas, embora não apresente lesões graves. Sua amiga Marta, advogada de uma ONG de defesa dos direitos GLBT, soube do acontecimento e apresenta uma queixa à autoridade e um recurso de habeas corpus. Dois dias depois, e sem que se resolva o recurso, Lili é colocada em liberdade, embora esteja traumatizada e atemorizada. Dois meses depois, o recurso de habeas corpus não é aceito; o Tribunal Constitucional alega que “as atitudes que atentam

contra a moral, como a prostituição dos travestis, estão fora da proteção dos direitos fundamentais”. Lili teve que ficar em casa por várias semanas enquanto se recuperava, embora tenha recebido assistência médica fornecida pela ONG de Marta.

Marta está considerando a possibilidade de ir ao sistema interamericano de direitos humanos, já que Austral é Estado Parte da Convenção Americana e aceitou a competência da Corte IDH, mas tem dúvidas e recorre a você para esclarecê-las e planejar a abordagem. Ajude a tirar suas inquietações:

Questões levantadas	Respostas elaboradas pelos participantes
1. A quem acudir? De que forma?	Podem ir à CIDH.
2. Lili tem medo e não quer assinar uma petição ou documento e Marta não conhece nenhum familiar de Lili, como se poderia apresentar o caso?	Pode ser uma ONG, pode ser um grupo de pessoas que não tenha personalidade jurídica e que se reuniu para o caso.
3. Marta sabe que para ir ao sistema interamericano de Direitos Humanos devem se esgotar os recursos internos. Isto incluirá um processo por responsabilidade contra os policiais? Ou pode acudir já?	O processo de responsabilidade não é necessário, mas pode ser.

Questões levantadas	Respostas elaboradas pelos participantes
4. Ajude Marta a identificar: a. Direitos violados.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- direito ao trânsito livre.</li> <li>- Artigo 7, direitos de detidos/as.</li> <li>- Artigo 5, não tortura.</li> </ul>
b. Elementos de prova.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Certificado médico.</li> <li>- Ata de detenção.</li> <li>- Vídeos, fotos recentes da agressão.</li> <li>- Resolução do hábeas corpus.</li> </ul>
c. Exigências e solicitações possíveis.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Lucro cessante (dinheiro pelos dias que não trabalhou).</li> <li>- Desculpas.</li> <li>--Ficar ou não com o acordo.</li> </ul>
5. Marta quer prever como será a defesa do Estado. Qual a sua opinião? Como poderiam prever seus argumentos?	O estado dirá que os oficiais só cumpriam a lei, porque supostamente estava se prostituindo. Está com atitude “suspeita”. Resistência à prisão. Que a atitude atenta a moral pública.
6. Quais são as etapas previsíveis do procedimento? Se é oferecido um acordo amistoso, em que termos valeria a pena aceitar?	Ficar com o acordo é aceitar o silêncio e a impunidade.
7. Como teria variado o caso, se Juan e Alfonso fossem jovens homofóbicos não vinculados com a política e se, ao invés de enviá-la a uma prisão, tivessem-na retido na propriedade rural de um deles	Se são Juan e Alfonso, é um seqüestro, não é um abuso de autoridade.

**CASO 2****JOSEPH THOMSON - IIDH**

Embora tenha nascido com órgãos sexuais femininos e tenha sido batizada como Francisca López, sente-se, desde sua infância, um ser masculino e aproveitou qualquer possibilidade que teve em casa ou na escola para se vestir com roupas de “uso masculino”, o que lhe valeu não poucas gozações e agressões. Ao chegar aos 18 anos, maioria de idade em seu país Costa Verde, inscreve-se na Universidade Pública com o nome de Francisco López

e com indicação de pertencer ao sexo masculino. A Universidade rejeita a inscrição por erro, visto que a solicitação de ingresso não concorda com os registros das observações da escola secundária, nem com a certidão de nascimento, nem com as inscrições dos registros civis, documentos que Francisco teve que apresentar. Francisco reclama e interpõe recursos de reconsideração no Departamento de Registro e na Reitoria universitária, os quais são negados, alegando que “não é possível mudar no nível universitário a realidade biológica

nem as inscrições civis”. Francisco recorre à ajuda da advogada da ONG *Diversidad posible*, e apresentam um recurso de amparo ao Tribunal Constitucional, baseado em que a Constituição de Costa Verde contempla os direitos de identidade pessoal e a proteção da imagem e da honra, recurso que é negado, alguns meses depois, fundamentado em “motivos de ordem pública e moral pública”. A ONG considera recorrer ao sistema interamericano e você deve preparar o estudo correspondente.

Questões levantadas	Respostas elaboradas pelas e pelos participantes
1. Este é um caso para o sistema interamericano? Como se colocaria?	Sim, porque se esgotaram os recursos internos sem êxito. Viola a Constituição de Costa Verde, que contempla os direitos de identidade pessoal e a proteção da imagem e da honra.
2. Que linha de argumentação utilizaria para determinar os direitos violados?	Violação dos artigos 1.1, 3, 5.1, 11.1, 24 e 25 do Pacto de San José.
3. O que solicitaria que se resolva?	Solicitaria a mudança de documentação. Que o sistema educativo seja mais flexível à forma de admissão e que garanta igualdade de oportunidades. Dano moral.

Questões levantadas	Respostas elaboradas pelas e pelos participantes
4. Pense nas provas. O que pensaria em apresentar?	Provas: a negação da universidade, o recurso de amparo. Este é um caso quase totalmente documental (os casos documentais recaem mais sobre a linha da argumentação).
5. Pense nas possíveis alegações do Estado e como contrapô-las. Para isso, analise os artigos 30 e 32 da Convenção.	Art. 1.1, não há lei que fundamente o que estão fazendo com Francisco, é uma disposição universitária. Pode-se argumentar que não há uma moral ou uma ordem pública dominante.
6. Repasse o procedimento. A ONG tem poucos fundos e preferiria levar o caso diretamente à Corte IDH. O que você diria?	Não vai levar para a Corte porque é caro.

No final da jornada, Joseph Thomson parabenizou \*s participantes pelo trabalho.

### 5.2.3.

#### Sistema internacional de Direitos Humanos

25 de outubro de 2005

O objetivo central deste encontro foi a apresentação do sistema internacional de direitos humanos, enfatizando, especialmente, a introdução de questões trans e intersex neste sistema.

Trabalhou-se em duas etapas. Durante a primeira, coordenada por Marcelo Ferreyra e Mauro Cabral, apresentou-se o sistema internacional de Direitos Humanos, historiando seu surgimento depois da Segunda Guerra Mundial, e explicando sua organização e funcionamento geral.

A exposição ressaltou, principalmente, a descrição e funcionamento da

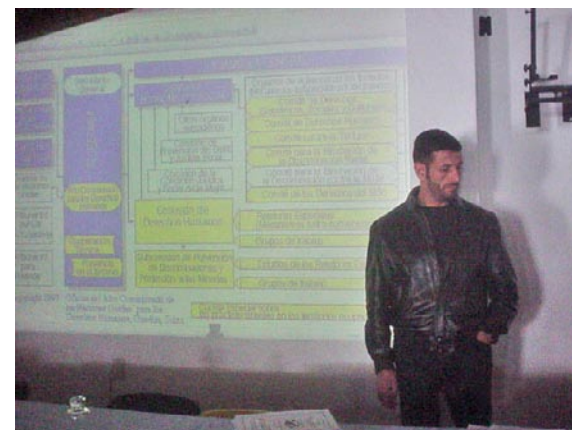
Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas. A partir das diferentes Resoluções, incluídas no Material do Curso (ver acima), introduziu-se o trabalho de Relatores e Reladoras Especiais, seus Mandatos, e o trabalho do ativismo trans e intersex – envio de informação, proposição de vocabulário, etc. Também foi abordado o funcionamento da coalizão de grupos

e ativistas criada a partir da necessidade de apoiar a Resolução sobre Orientação Sexual e Direitos Humanos apresentada pelo Brasil, e as possibilidades desse espaço político para a introdução de questões trans e intersex.

\*s participantes manifestaram reiteradamente sua preocupação sobre as possibilidades efetivas de se ter acesso ao sistema internacional de Direitos Humanos – por exemplo, através da apresentação de casos de violação aos direitos humanos. Esta preocupação também se expressou com relação ao custo econômico de participar, por exemplo, da sessão da Comissão de Direitos Humanos em Genebra. Um dos principais aspectos assinalados foi o compromisso em explorar as formas de se trabalhar com o marco internacional de Direitos Humanos no nível local, propiciando a utilização de instrumentos tais como as diferentes Resoluções. Neste sentido, embora o movimento geral pareça ir a favor da introdução de novas Resoluções – como a que foi apresentada pelo Brasil – também se insistiu na necessidade de introduzir re-interpretações das já existentes, assim

como de propor interpretações novas dos mandatos de Relatores e Reladoras Especiais. O exemplo apresentado foi o oferecido pela Resolução sobre Violência contra a Mulher, a qual pode ser um instrumento muito efetivo para as comunidades trans e intersex, caso se consiga introduzir uma ampliação radical no conjunto de sujeitos contidos na mesma. Por exemplo, pode-se vincular a violência contra a mulher com a violência contra a expressão feminina de gênero, o que permitiria tratar também, no contexto dessa Resolução, a violência contra as travestis.

Posteriormente, Lohana Berkins e Belissa Andía Perez compartilharam sua experiência como ativistas com trabalho na Comissão de Direitos Humanos da ONU. Ambas destacaram a necessidade de introduzir temáticas trans e intersex no contexto das Nações Unidas através de diferentes estratégias – desde o contato direto com as respectivas missões diplomáticas nacionais, com Reladoras e Relatores Especiais e seus assistentes, assim como com o Alto Comissariado, até as pequenas intervenções destinadas



Marcelo Ferreyra



Mauro Cabral

a dar visibilidade às condições de vida das pessoas trans e intersex (por exemplo, através do uso de carteira de identidade ao contrário, para poder explicitar desse modo a violência que encerra a exigência do nome legal para

um travesti, como relatou Lohana). Também destacaram a importância da construção de alianças e coalizões entre diferentes grupos com trabalho nas Nações Unidas, e a necessidade de educar constantemente, neste âmbito, sobre questões relacionadas com a identidade e a expressão de gênero das pessoas. Tanto Lohana como Belissa coincidiram em assinalar que a Comissão de Direitos Humanos da ONU pode se sentir como um lugar certamente intimidatório, onde são tratados assuntos que, na sua magnitude, parecem diminuir as demandas das pessoas trans e intersex; no entanto, como ambas afirmaram, essas demandas merecem ser apresentadas e defendidas, e estão ganhando cada vez mais espaço.

#### 5.2.3.1.

##### **Documentação de casos de Direitos Humanos**

A segunda etapa esteve voltada para um dos conteúdos principais do Curso: a documentação de violações aos direitos humanos das pessoas trans e intersex. A metodologia escolhida foi o trabalho em grupo.

Solicitou-se a cada um dos quatro grupos formados a apresentação de um caso específico, dividindo essa apresentação em três partes: o relato do que aconteceu, a documentação disponível, e os problemas que pudessem ser encontrados no processo de documentação. Os casos –reais– apresentados foram os seguintes:

- Morte de uma travesti argentina por negligência médica; além de sua internação em um pavilhão de homens, os maus-tratos sofridos no hospital, e a permanência do corpo no necrotério durante 3 dias.
- Morte de uma travesti por negligência médica na Costa Rica, além da realização de um teste de HIV sem consentimento.
- Assassinato na rua de uma travesti em Honduras, além da falta de atendimento médico imediato.
- Assassinato de uma travesti na Venezuela, pela polícia, além do desaparecimento do corpo da vítima, da constante interferência policial na investigação, do assassinato

posterior de uma das testemunhas e da violentíssima agressão a outra.

Como se pode ver nas exposições realizadas por cada grupo, os casos que aconteceram em um contexto hospitalar contaram com uma documentação mais exaustiva, por terem ocorrido dentro de instituições (e a possibilidade de se ter acesso, por exemplo, às listas das pessoas que entrevistaram) e na presença de vários testemunhos, inclusive familiares das vítimas (que, em cada caso, levantaram informações chaves, como os dados d\*s testemunhas presentes). Os outros casos enfrentaram, de maneira recorrente, a cumplicidade ou indiferença das forças policiais, assim como os obstáculos que impunham para o acesso à informação, e a falta de testemunhas (ou testemunhas amendrontad\*s).

A partir destas exposições, trabalhou-se em torno de estratégias específicas de intervenção, tais como o conhecimento e utilização das leis e normas, pel\*s ativistas, o pedido rotineiro de identificação policial em procedimentos de inspeção e detenção,



tirar fotografias imediatamente no lugar dos fatos, e a organização de redes comunitárias de comunicação, incluindo profissionais especializad\*s (particularmente advogad\*s). Foram assinaladas limitações importantes, tais como a falta de testemunhas, os procedimentos intimidantes das forças policiais e de outros agressores, e a perda de documentação com o passar do tempo. Também se apontou a importância de introduzir, em todo relatório que documente a violação de direitos humanos, a condição de travesti, isto é, assinalar aqueles aspectos que podem ajudar nessa identificação, tal como os insultos que possam ter sido proferidos – “travesti de merda”, por exemplo. Deste modo, a documentação de um caso particular contribui para a construção de um padrão que permite a identificação de violações dos direitos humanos de comunidades específicas, e construir esses padrões sobre bases como “violações aos direitos humanos baseadas na identidade e/ou expressão de gênero das pessoas”.

O registro visual também foi indicado como fundamental, procurando reconstruir as vítimas de violações

aos direitos humanos como pessoas – mostrando não apenas as fotos que documentam a violência, mas também aquelas que mostram el\*s felizes, com vida, com suas famílias, no seu trabalho, etc. Desta maneira, o “caso” se personaliza, perdendo seu caráter abstrato.

#### 5.2.4. Feminismo

29 de outubro

A jornada sobre **FEMINISMO**, no sábado, 29 de outubro de 2005, foi coordenada por Rosa Posa.

Trabalhou-se em plenária como uma série de perguntas para “disparar” o debate. Distribuiu-se a cada pessoa um papelzinho com uma pergunta (escolhida ao acaso, de uma sacola onde estavam os papeizinhos, cada um com uma pergunta)

1. O que é o feminismo?
2. Você conhece alguma feminista?
3. O que você acha do feminismo?
4. Ser mulher é igual a ser feminista?
5. As lésbicas são feministas?

6. Você acha que o feminismo questiona algo?
7. Já leu algo do feminismo?
8. O que o feminismo contribuiu para o mundo?
9. Você se considera feminista?
10. O que as feministas fazem no seu país?
11. Você trabalha com as feministas de seu país?
12. Você conhece algumas propostas feministas?
13. As feministas são lésbicas?
14. Você sabe como nasceu o feminismo?
15. As feministas trabalham com temas econômicos?
16. As feministas trabalham com temas ambientais?
17. As feministas trabalham com temas políticos?
18. Um homem heterossexual pode ser feminista?
19. Um gay pode ser feminista?
20. Um homem trans pode ser feminista?

21. Uma travesti, transexual, transgênero ou uma pessoa intersex podem ser feministas?
22. As prostitutas, pessoas em estado de prostituição ou trabalhadoras sexuais podem ser feministas?

### **Idéias que surgiram no debate:**

Debateu-se sobre a desigualdade e o exercício do poder que o feminismo questiona, o conceito de “mulher”. O feminismo questiona principalmente a opressão e o patriarcado em que se baseiam nossa sociedade (embora às vezes possa ocupar esse lugar opressor).

O feminismo, como ferramenta, levanta um forte questionamento de que ser mulher ou homem não está atado a um

destino biologicista: mulher não se nasce, mas se faz. O feminismo coloca o gênero como uma ferramenta de análise, atravessado pela classe, pela religião, etc. Mas pode-se pensar que o gênero sai de seus limites quando se trata de outras identidades como, por exemplo, o travestismo. Há formas da corporidade que não coincidem com o gênero. A mulher continua sendo mulher, e creio que essa palavra continua sendo opressora, como todas as criadas pelos homens.

Discutiu-se a distinção entre feminismo e mulherismo. O feminismo é um instrumento que libera preconceitos.

As travestis, socializadas como homens, encontram no feminismo uma grande

potencialidade questionadora do sistema opressor de gênero.

O materialismo histórico e o feminismo fazem parte das ferramentas básicas para a teoria trans.

Falou-se sobre os mitos das feministas, a feminidade estereotipada que é uma invenção do homem, e não da mulher, porque coisifica a mulher para seu agrado.

No final, apresentou-se um power-point sobre o feminismo, elaborado por Verónica Patricia Villalba Morales, do CDE Centro de Documentación y Estudios (Paraguai), sobre o Segundo Encontro Feminista do Paraguai, em 2005.

## 5.2.5.

**Intersectorialidade,  
discriminações e HIV/AIDS**

31 de outubro

Na segunda-feira, 31 de outubro de 2005, foram discutidas as diferentes discriminações. Trabalhou-se em grupos o seguinte quadro

DISCRIMINAÇÕES POR	QUEM SOFRE	QUEM COMETE	COMO ACONTECEM	QUAIS SÃO OS RESULTADOS	O QUE SE FAZ PARA SUPERÁ-LAS
Raça – etnia	Indígenas Afro-descendentes. Todas as minorias étnicas.	O Estado, a Sociedade, Grupos xenófobos.	Negação de terra, falta de acesso à justiça, falta de políticas públicas. Nas leis, na violência.	Povos vivendo sem seus direitos reconhecidos. Exclusão, pobreza, falta de oportunidades.	Existem iniciativas dos Estados, ONGs e organismos internacionais a este respeito.
Classe	Setores sem recursos, trabalhador*s rurais, urban*s, classe média.	O Estado, a sociedade, as empresas privadas, a alta burguesia.	Na renda, na distribuição de riqueza. Falta de políticas públicas centradas nas pessoas.	Não criação de oportunidades.	Existem programas (insuficientes) para superar a pobreza (Estado, ONGs, Organismos internacionais).
Portador*s de Deficiência	Pessoas portadoras de deficiências motoras ou sensoriais.	O estado, a sociedade, as empresas privadas. A escola.	Na violação dos direitos humanos. Falta de políticas públicas inclusivas. Não acesso ao emprego, saúde.	Marginalidade e exclusão.	Existem organizações sociais e algumas políticas públicas insuficientes.
Idioma	Imigrantes, indígenas com idiomas reconhecidos e não reconhecidos pelos Estados.	O Estado e a sociedade.	Não acesso à educação, ao emprego.	Exclusão.	Educação bilíngüe e programas em outros idiomas, mas não inclui tudo.

<b>DISCRIMINAÇÕES POR</b>	<b>QUEM SOFRE</b>	<b>QUEM COMETE</b>	<b>COMO ACONTECEM</b>	<b>QUAIS SÃO OS RESULTADOS</b>	<b>O QUE SE FAZ PARA SUPERÁ-LAS</b>
Nacionalidade	Imigrantes.	O Estado, a sociedade, as empresas.	Leis migratórias de cada país. Demandas específicas discriminatórias (análise de HIV obrigatório, por exemplo). No acesso ao emprego formal.	Falta de acesso a oportunidades.	Algumas iniciativas de ONGs e, dependendo dos países, também os Estados.
Sexo-gênero	Mulheres, Travestis, Transexuais, Transgêneros e Intersexuais.	O Estado, a sociedade, as igrejas, as empresas, as ONGs, as famílias.	Violência em todas as suas formas. Desigualdade salarial, desigualdade no acesso ao emprego, etc. Marginalização do sistema educativo, de trabalho e de saúde.	Marginalidade, exclusão e morte (por aborto, por crime).	Existem políticas públicas destinadas às mulheres, ONGs, organismos internacionais; avança-se mas falta. Com relação a TTTI (Travestis, Transexuais, Transgêneros e Intersexuais) existem apenas indícios em organizações de gays e lésbicas.
Orientação sexual	Lésbicas, gays e bissexuais.	O estado, a sociedade, as igrejas, as empresas, as ONGs, as instituições, Homofóbico*s Lesbofóbic*s.	Violência em todas as suas formas. Não reconhecimento das uniões de fato, não regulamentação. Discriminação no trabalho, judicial, no sistema educativo.	Exclusão.	Organizações sociais que trabalham pela não discriminação.
Idade	Adulta*s mais velh*s, crianças, adolescentes, jovens.	O Estado, a sociedade, o sistema educativo, as empresas.	Falta de um sistema coerente de aposentadoria, preconceitos no mercado de trabalho. Exploração de menores, etc.	Exclusão.	Organizações juvenis, que trabalham pela infância, políticas do Estado. E para idosas/os?
HIV-AIDS	Pessoas vivendo com HIV AIDS, familiares e amig*s.	O Estado, a sociedade, as empresas, as igrejas.	Violação de direitos e segregação. Falta de acesso a medicamentos, falta de políticas de não discriminação.	Exclusão e morte.	Ministérios de saúde, ONG's e organismos internacionais que trabalham a questão.



O quadro permitiu-nos debater sobre os cruzamentos das diferentes causas de discriminação.

Na segunda parte desta jornada discutiu-se o tema do trabalho sobre **HIV AIDS** nas organizações TTTI.

O debate foi realizado de acordo com as seguintes questões:

1. Pontos fracos, desvantagens.
2. Pontos fortes.
3. Argumentos contra (ou a favor) do nome HSH, das TTT e dos homens trans.
4. Como trabalhar o tema sem se submeter às identidades impostas. O que podemos fazer para mudar isso?

## DEBATE

O HIV é um problema real que nos afeta, que devemos enfrentar e trabalhar.

As financiadoras impõem uma determinada concepção do mundo, mas podemos transformar a linguagem, educar e convencer, questionando de uma perspectiva de gênero; podemos intervir questionando o termo HSH (de fato, em alguns países já não usam esse termo para se referir às travestis).





Somos mais sujeitos que o HSH;  
existem homens trans que questionaram  
que o que há por trás de cada um dos  
“H” pode estar encarnado por sujeitos  
muito diferentes.

O conceito de HSH tem uma base  
anatômica, na realidade é pênis-reto  
(e esquece as mulheres que fazem  
essa prática). HSH identifica o homem  
que tem sexo com homens que não se  
identificam como gays; para abranger  
algumas pessoas, apaga a identidade de  
outras.

É necessário aplicar metodologias  
novas para os grupos trans verem, para  
ir tornando visível nossa comunidade,  
e que o trabalho se faça com grupos de  
pares.

Em vários países existe uma grande  
competição entre as organizações pela  
aquisição de fundos para trabalhar com  
HIV AIDS; aí, as pessoas trans são “as  
irmãs pobres”.

### 5.3.

## Desenvolvimento organizacional

### 5.3.1.

#### Organização de grupos de ativismo TTTI

26 de outubro de 2005

Este encontro, coordenado por Mauro Cabral, começou com uma “chuva de idéias”, proposta a partir da seguinte pergunta: “com que objetivo um grupo de pessoas trans e/ou intersex decide se organizar?”

Alguns dos motivos assinalados foram os seguintes: sensibilizar as pessoas; informar; gerar autoconsciência; discutir temas; conseguir mudanças legislativas; criar alianças; construir identidades comunitárias e políticas; organizar redes de apoio comunitárias; prevenir o HIV/AIDS e apoiar as pessoas; visibilizar, dentro de cada comunidade, as diferentes opressões e discriminações sofridas.

A partir destas idéias, propôs-se trabalhar em quatro grupos, cada um dos

quais se organizou em torno ao trabalho sobre um dos seguintes pontos:

- opinião pública.
- autoconsciência e auto-ajuda.
- construção de uma cidadania trans.
- conscientização em torno ao HIV e IST (Infecções Sexualmente Transmissíveis).

A produção dos grupos foi a seguinte:

**Grupo 1:** organizado em torno do eixo de trabalho “opinião pública”; propôs a realização de atividades como oficinas, congressos, meios de autofinanciamento, visualizar, participação em paradas do orgulho, edição de folhetos, trabalho com outras ONG’s, trabalho de infiltração, imprensa comunitária, campanhas televisivas, etc.

Entre as dificuldades que este grupo assinalou estão, em primeiro lugar, os obstáculos econômicos, as próprias resistências comunitárias, a relação com as instituições do estado, os problemas que as pessoas trans e intersex enfrentam em sua visibilidade pública, as lideranças comunitárias e sua visibilidade, o mascaramento da

realidade trans na fórmula HSH, a falta de alianças...

**Grupo 2:** Organizou-se como um grupo destinado à criação de redes comunitárias de “autoconsciência e auto-ajuda”, propondo a realização de atividades de encontro comunitário – como grupos de reflexão, programas de rádio, material escrito, etc. Entre as principais dificuldades encontradas por este grupo estão: a discriminação interna (transfobia internalizada), a falta de desenvolvimento de identidades trans comunitárias consolidadas, a falta de espaços próprios, a falta de recursos econômicos, o desinteresse das próprias comunidades, as possibilidades concretas de trabalho ativista não remunerado, etc.

A apresentação deste grupo abriu o caminho para uma discussão geral, na qual foram abordados temas como a especificidade do travestismo – em termos identitários, comunitários e também políticos – assim como a necessidade de respeitar a diversidade intra-comunitária no momento de propor trabalhos como o proposto por



este grupo; por outro lado, também se insistiu no empoderamento comunitário como objetivo prioritário dos grupos de autoconsciência trans e intersex. Foi assinalada a necessidade de empoderar as comunidades para enfrentar, por exemplo, as constantes arbitrariedades policiais, e a auto-sustentabilidade dos projetos, consultorias legais, etc.

**Grupo 3:** este grupo organizou-se em torno à construção da cidadania trans. Seu trabalho foi sobre a proposição do repertório de direitos que formaria, a seu entender, essa cidadania. Entre esses direitos estão o direito à própria identidade, o direito à vida digna, à não discriminação, a não sentir o exílio, a um atendimento médico justo, à educação, à promoção bancária e financeira, ao controle absoluto de nossos corpos.

A realização desses direitos implicou, para este grupo, a abordagem de mudanças culturais, tais como visibilizar a diversidade de vidas trans, a tirá-las de seu “enquadramento binário”; construir consensos comunitários quanto a palavras e conceitos que

dêem conta dessas vidas; trabalhar em prol da não obrigatoriedade legal de cirurgias e tratamentos hormonais para a obtenção do reconhecimento jurídico da identidade de gênero,

O debate posterior à discussão deste grupo esteve focado nas possibilidades de se traduzir em mudanças legislativas concretas as diferentes demandas apresentadas pelo grupo; um aspecto a ser considerado foi a tensão entre a divisão sexual das identidades – por exemplo, nos documentos de identidade – como “opressiva”, e o efeito invisibilizador das diferenças e discriminações que comportaria a abolição de tal distinção. O principal dilema colocado em torno às questões abordadas pelo grupo foi o equilíbrio entre agendas de “máxima” e agendas de “mínima”, assim como os diferentes princípios éticos e políticos comprometidos em cada caso.

**Grupo 4:** este grupo organizou-se para trabalhar sobre questões relacionadas com HIV/AIDS, a partir de um reconhecimento comum: a população trans não faz parte, em geral, das

campanhas de prevenção, nem conta, tampouco, com instrumentos específicos de prevenção. O grupo propôs objetivos tais como: gerar um diálogo entre pares, reivindicar os termos com os quais queremos ser chamadas/os, criticar e dismantelar o HSH como termo que não inclui as comunidades trans nem representa seu sentir, gerar o debate entre trabalhadoras sexuais e pessoas em estado de prostituição, promover a problemática trans masculina no tema de HIV, falar de práticas específicas nestas populações.

A partir da exposição apresentada por este grupo, foi feita uma discussão sobre as estratégias comunitárias comuns.

Durante a tarde, recebemos a visita de Arnoldo “Gaúcho” Rosenfeld, que foi convidado para compartilhar sua **experiência no campo da comunicação popular** e do ativismo. O encontro teve a forma de um diálogo fluido e relaxado entre tod\*s.

O tema central que “Gaúcho” abordou ao longo de sua exposição foi a necessidade de aprender daquel\*s a quem se busca ensinar. O exemplo



privilegiado desta necessidade constituiu sua experiência de trabalho como promotor de sistemas públicos de habitação e saúde popular. Durante essa experiência, o problema mais urgente foi a freqüente falta de comunicação cultural entre as comunidades rurais e a equipe de promoção. Problema que foi enfrentado através de estratégias específicas – como a organização de reuniões onde as “duas vozes” podiam se encontrar, e a edição em vídeo dessas reuniões, vídeos que, por sua vez, eram utilizados para ajudar outras comunidades e equipes de promoção a se comunicarem. Mas, sem dúvida, a estratégia comunicativa mais destacada ao longo da reunião foi o “fazer”. Como indica “Gaúcho”, “os mestres cubanos no Chile não falavam, mas começavam construindo uma escola. Eram experiências em que o principal era fazer, e não falar, não chegar como um ativista que diz ‘aqui venho para promover os direitos desta gente marginalizada’...” E também: “É importante saber em que lugar cada interlocutor se sinta em termos de poder. Há promotores de limpeza

urbana, e existem alguns muito bons, porque levam a cal, explicam às pessoas o que fazer com ela, e começam fazendo junto com elas; outros chegam, deixam a cal, explicam-lhes e vão embora. E as pessoas fazem qualquer coisa com a cal que lhes deixaram. Um interlocutor comunicou, o outro só informou. Também existem ordens: pinte sua casa, evite o barbeiro... E outros piores que dizem: passo amanhã para revisar se pintaram”. A comunicação em pequenos grupos, a clandestinidade da comunicação, como no processo de formação do exército zapatista.

\*s participantes do Curso tiveram uma intervenção muito ativa ao longo deste encontro, enfocando as questões propostas de diferentes perspectivas. Desta maneira, ressaltou-se, por exemplo, a importância de identificar as necessidades reais das comunidades nas quais se procura intervir com o ativismo, e não impor agendas próprias em seu lugar; trabalhar intensamente sobre os códigos próprios de comunicação que cada comunidade tem e respeitá-los; diferenciar os níveis nos quais se busca intervir, sem descartar nenhuma



Arnoldo “Gaúcho” Rosenfeld

estratégia comunicativa (distinguindo, por exemplo, entre a linguagem técnica, que deve ser reservada para profissionais, e a linguagem das comunidades); também no funcionamento de instrumentos de “tradução” intercultural, as interferências do poder na comunicação, e o trabalho da arte, e outros meios de expressão, os limites da expressão escrita, o teatro...

Depois do diálogo com o “Gaúcho”, organizou-se uma **reunião informal com Mayra Rodríguez, do CENESEX (Cuba)**.

Esta atividade, de caráter extracurricular, desenvolveu-se ao longo de uma reunião informal entre participantes e capacitador\*s do Curso e Mayra, psicóloga cubana. Mayra começou relatando a história do CENESEX, criado em 1976, e cuja população objetivo inicial foram as mulheres;



Mayra Rodríguez

depois foram integradas outras comunidades, formando recentemente um grupo de trabalho sobre transexualidade. O CENESEX oferece apoio psicológico e apoio para quem deseja ter acesso a cirurgias. Também funciona como um espaço de encontro e reflexão para transexuais, e formou-se, nesse contexto, um grupo de promotor\*s sobre HIV/AIDS.

\*s participantes e capacitador\*s do Curso levantaram diversas questões: o problema da participação das próprias pessoas trans em um regime de esquerda, o momento das intervenções intersex em Cuba, a falta de respeito pela identidade de gênero das pessoas, particularmente em relação ao uso da fórmula HSH e da qualificação das travestis como “os homens travestis”. Também colocaram perguntas em torno das possibilidades efetivas de empoderamento das pessoas trans que participam do programa do CENESEX, o papel d\*s especialistas médic\*s e psicólog\*s na definição das agendas trans em Cuba, assim como as perspectivas de um ativismo trans e intersex autônomo na ilha.

A estes questionamentos Mayra respondeu mencionando problemas institucionais – particularmente, a sobrevivência da homofobia e da transfobia dentro das instituições cubanas. Reconheceu problemas de discriminação no trabalho relacionados com a expressão de gênero das pessoas, embora esteja ocorrendo uma abertura, coadjuvada por programas de educação sexual e o trabalho de sensibilização com policiais, por exemplo.

Assinalou também as dificuldades econômicas de Cuba devido ao bloqueio, as quais incidem imediatamente na possibilidade das pessoas trans de obter cirurgias e tratamentos hormonais adequados. Vinte e cinco mulheres trans esperam em Cuba pela possibilidade de ter acesso a cirurgias já autorizadas.

Um dos aspectos mais interessantes do debate produzido ao longo deste diálogo foi aquele que girou em torno aos estereótipos vinculados atualmente às pessoas trans – e, em particular, aqueles que relacionam de modo inextricável travestismo e prostituição. Esta relação, ao parecer indestrutível, não apenas tornam todas as travestis “culpadas”

de violar a lei – ali onde a prostituição está penalizada –, só pelo fato de serem travestis, mas também invisibiliza a sexualidade das pessoas trans em geral – e das travestis, em particular – ao fixá-las paradoxalmente a apenas uma forma de sexualidade: a prostituição.

### 5.3.2.

#### **Financiamento de projetos TTTI**

27 de outubro

#### **Estratégias de financiamento para Organizações TTTI ou Como obter fundos sem morrer na tentativa.**

Esta jornada, do dia 27 de outubro, foi coordenada por Lohana Berkins.

O objetivo da jornada foi conhecer as financiadoras, as condições para se ter acesso a fundos, e começar a conhecer os formulários de projetos, perdendo o medo deles e sabendo colocar a idéia que os grupos têm.

Foram distribuídos formulários de projetos: do GFW (Global Fund for Women), Astraea, AECI (Agencia Española de Cooperación Internacional), Ayuntamiento de Sevilla (Espanha).



Lohana Berkins

Cada grupo trabajou com um diferente, com o objetivo de procurar preenchê-lo como “na realidade”, com as ferramentas que dispomos.

Foram criados projetos de:

- Campanha de prevenção de HIV.
- Projeto de pesquisa sobre homens trans.







- Construção de um espaço integral de educação, promoção e inserção social TTTI.
- Prevenção de HIV em mulheres e travestis em estado de prostituição.

Debateu-se sobre problemas freqüentes como as dificuldades na obtenção da personalidade jurídica, a valorização (econômica) do trabalho voluntário, a necessidade de ampliar a perspectiva de gênero com o tema TTTI e explicá-lo. Também a necessidade de articular com outros grupos para apresentar ações conjuntas (como é o caso do projeto de mulheres e travestis) ou ainda para ter apoios institucionais.

Foi entregue o seguinte material sobre financiamento:

- recomendações gerais.
- lista de financiadoras.
- o que é necessário para se ter acesso a financiamento.
- passos a seguir.
- redação de projetos.



### 5.3.3.

#### Comunicação

28 de outubro

Marlene Wayar coordenou a **jornada sobre comunicação**, no dia 28 de outubro.

A proposta metodológica para trabalhar a expressão nos meios de comunicação foi muito criativa. Fez-se um jogo de papéis em um programa de *reality show*, cujo nome era “A hora de Marlene”. A distribuição de personagens soube-se no momento de começar “o programa”, quando ia chamando **\*s convidad\*s**:

Um casal de homem trans e mulher trans que ia ter um\* filh\* biológico\*, e o homem trans ia ficar grávido.

Dois travestis que iam alugar uma barriga para ter um filh\*.

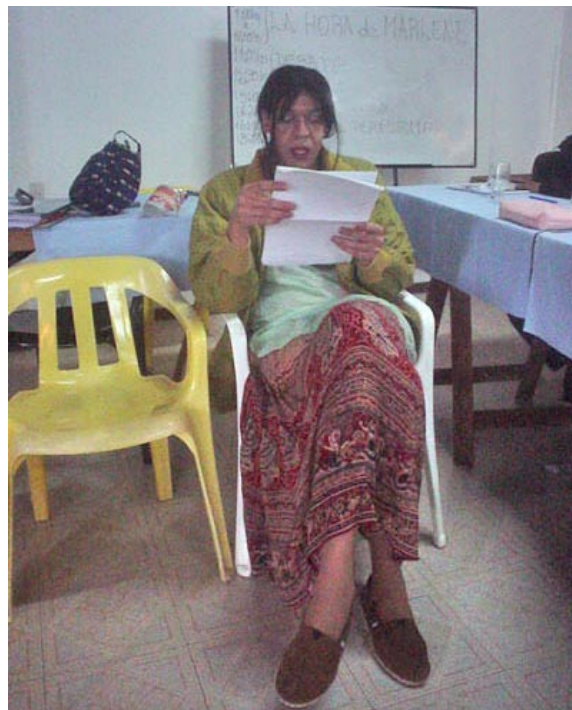
Dois ativistas de organizações trans.

Uma pró-vida.

Um sociólogo-psiquiatra.

Cada participante adaptou-se de forma muito criativa ao seu personagem, mostrando excelentes dotes de improvisação teatral.





Marlene Wayar

O resto do grupo foi se integrando no programa através de chamadas “do público” ou personagens que iam aparecendo em cena como, por exemplo, a filha travesti da pró-vida, etc., levando a cenas muito cômicas, não por isso isentas de um grau superior de realismo e de análise dos meios de comunicação.

A partir desta atividade, discutiram-se as seguintes idéias e estratégias que se deve

ter em conta na hora de aparecer nos meios de comunicação:

A visibilidade é um tema fundamental, para isso é necessário treinamento e capacitação em argumentações, ter discurso político bem definido e poder guardar a compostura, cuidar da linguagem corporal.

A manipulação das pessoas na TV é uma constante em todos os países, e devem ser criadas estratégias para evitá-la: corrigir erros de conceito no ar; desfazer o discurso supostamente neutro e respeitoso, mas a partir do lugar do poder e violento; trabalhar na criação de fato midiáticos; não opinar nem discutir sobre todos os temas (se não se quer falar de adoção, por exemplo); levar materiais e documentação aos jornais.

Também é importante dar um marco ideológico; por exemplo, sobre a prostituição não é estratégico responder “eu não me prostituo”, mas contextualizar a realidade da prostituição como uma consequência das políticas de Estado, que não dão direito à educação, à saúde e ao emprego.

Em todos os casos, é fundamental armar um discurso e contextualizá-lo, mostrar segurança e confiança, sendo conscientes de que as pessoas são maltratadas nos meios de comunicação e que alguns programas podem destruir todo o trabalho do ativismo que se faz. Por isso, também é importante



trabalhar com meios alternativos: rádios comunitárias, Internet, etc.

A segunda parte da jornada foi dedicada à criação de textos coletivos sobre a expressão da identidade e do desejo.

#### 5.3.4.

#### **Ativismo Intersex**

31 de outubro de 2005

Neste breve encontro – coordenado por Mauro Cabral – foram apresentadas algumas características do ativismo intersex contemporâneo, distinguindo-se, particularmente, duas delas: por um lado, a definição ampla de intersexualidade (assumida como “conjunto de variações do standard corporal masculino e feminino”), isto é, descolando-a de suas conotações mitológicas; por outro, suas dificuldades em relação à retórica dos direitos humanos (em particular, com a concepção normativa vigente de “humanidade sexuada”). Ao longo de uma sessão de uma hora e meia, explorou-se o funcionamento da “lei da semelhança” nos diferentes protocolos médicos prescritos e seguidos nos

casos de nascimentos intersex – isto é, o modo no qual a semelhança corporal com ideais culturais da feminidade e masculinidade justifica, tanto no nível médico e psiquiátrico, como no nível jurídico-normativo, a realização de intervenções que violam os direitos humanos das pessoas intersex – tais como a mutilação genital e o ocultação da histórica clínica. A esta lógica contrapõe-se outra, centrada numa mudança cultural capaz de introduzir a celebração da diversidade de corpos sexuados, em um contexto que garanta a possibilidade de “estar no mundo”, qualquer que seja a corporalidade que se encarne e da melhor maneira possível.

#### 5.3.5.

#### **Agenda trans e intersex**

Esta é a lista de objetivos, prioridades e direitos de uma agenda trans e intersex elaborada com todas as pessoas participantes do grupo.

#### **OBJETIVOS:**

- Promover e defender os direitos da comunidade TTTI.

- Tornar conhecida a diversidade sexual dentro da comunidade TTTI .
- Dar visibilidade às pessoas TTTI e aumentar a de homens trans.
- Empoderamento da população TTTI.
- Conscientizar e sensibilizar outros setores.
- Reorganizar as terminologias e conceitos.
- Trabalhar agendas específicas: Homens trans, Travestis, intersex e, ao mesmo tempo, construir alianças.
- Promover o respeito aos Direitos Humanos Universais já “estipulados”.
- Ampliar os direitos (que estão formulados para o homem e a mulher) à identidade de gênero.

#### **DIREITOS QUE SERÃO TRABALHADOS COM INTENSIDADE**

- Direitos Econômicos Sociais e Culturais.
  - VIDA.
  - SAÚDE.
    - › Decisões transicionais.
    - › Atendimento adequado e digno.
    - › Promoção da saúde comunitária.

- › Direito ao atendimento digno.
- › Sensibilização d\*s médic\*s.
- HABITAÇÃO.
- TRABALHO.
- CULTURA: PROMOVER A MUDANÇA CULTURAL.
- Direitos civis.
  - Direito à identidade: autonomia nas decisões de nome, gênero, corpo, reprodução e família.
  - Direito à guarda de filh\*s anteriores à mudança de sexo, que esse não seja o motivo para que lhes tire a guarda, ou que não ter filh\*s seja considerada uma condição para a operação.
  - Que a heterossexualidade não seja um requisito para a operação.
- Direitos sexuais e reprodutivos (além dos citados na página 19).
  - Direito a conservar a capacidade reprodutiva independentemente das operações.

- Despatologização da diversidade sexual.

### ESTRATÉGIAS

- Necessidade de agendas por país.
- Agenda de “máximas” e de “mínimas”.
- Trabalhar pela revogação do artigo 204 na Nicarágua.
- Lei de casais também para trans.
- Trabalhar a descriminalização das travestis.
- Colocar nos e-mails as informações relevantes dos países e dar uma resposta aos comunicados.
- Questionar a divisão para os encontros internacionais. Ter voz própria.
- Que as agendas HIV nos incluam e nos visibilizem, se tem alguém que gosta de HSH que o use.
- Que os recursos que circulam a nosso nome possam ser controlados por TTTI.

Como resultado da **elaboração da agenda trans e intersex**, redigiu-se a Declaração de La Falda.

### DECLARAÇÃO DE LA FALDA

\*s participantes do Curso do Instituto de Formação para Ativistas Trans e Intersex propõem a seguinte declaração:

1. Ao nos encontrarmos em nossas semelhanças e diferenças, afirmamos e celebramos a diversidade de experiências trans (travestis, transexuais, transgêneros) e intersex na região.
2. Ao reconhecer as diferentes situações de vulnerabilidade enfrentadas pelas comunidades trans e intersex na região, afirmamos e defendemos o direito de todas as pessoas trans e intersex gozarem plenamente de seus direitos fundamentais, incluindo não apenas o direito à vida, mas também o direito à saúde, à educação, ao trabalho e à habitação.
3. Ao considerar as necessidades específicas colocadas pelas

- corporalidades, sexualidades, expressões e identidades de gênero trans e intersex, afirmamos a necessidade de reformular e/ou ampliar as concepções jurídicas e biomédicas vigentes em torno a:
- a. a autonomia de decisão sobre o próprio corpo,
  - b. a mater-paternidade,
  - c. o reconhecimento legal da identidade que cada pessoa sente como própria,
  - d. as expressões socialmente reconhecidas da masculinidade e/ou da feminidade,
  - e. a distribuição institucional das pessoas em função de seu gênero, incluindo os sistemas educativo, sanitário e penitenciário, entre outros.
4. Ao admitir que toda mudança política real acontece em um contexto de mudança cultural, afirmamos a necessidade de construir coletivamente representações culturais das comunidades e das
5. Ao compartilhar histórias de vida semelhantes e observando sua repetição constante nos diferentes países da região, exigimos a consideração pública das infâncias trans e intersex, seu reconhecimento, seu cuidado, sua inclusão e preservação.
6. Ao reconhecer que os ativismos trans e intersex, em muitos casos, foram relegados na região, assim como as dificuldades experimentadas pelas comunidades trans e intersex no acesso à sua participação por direito próprio ao espaço público, exigimos o reconhecimento de seu caráter pleno de sujeitos de direito, com plena capacidade para a participação pública em condições igualitárias, incluindo, decisivamente, a proteção d\*s ativistas trans e intersex como defensor\*s dos direitos humanos, seu acesso a meios específicos de financiamento e à gestão de projetos
7. Chamamos a atenção para as diferentes formas de discriminação, opressão e violência experimentadas pelas comunidades trans e intersex, e condenamos todos aqueles discursos e práticas que proponham e estabeleçam regimes de exclusão baseados na corporalidade, na sexualidade, na expressão e na identidade de gênero e convocamos para o desmantelamento ativo de tais regimes. Também nos comprometemos a lutar conjuntamente contra todos os modos de violência estatal e para-estatal, e em pro da revogação das leis e ordens vigentes em diferentes países da região que criminalizam a prostituição, a sodomia e o uso de vestimenta do “sexo oposto”.
8. Afirmamos nosso propósito de fazer alianças com outros movimentos sociais, assim como com o movimento feminista transformador, em busca de uma
- que tenham as comunidades trans e intersex como objetivo.

- |  |   |  |
|--|---|--|
| sociedade justa e inclusiva, livre de todo tipo de discriminação.  | instância aberta e de intercâmbio permanente.   | nossas agendas de ativismo trans e intersex, não apenas para a obtenção de direitos, mas também para aqueles princípios que excedem o próprio marco dos direitos: vida digna, prazer e felicidade. |
| 9. Ao afirmar o caráter formativo do Instituto e seu objetivo multiplicador, nos comprometemos a transformar esta experiência em uma | 10. Ao celebrar os diálogos mantidos, as aprendizagens mútuas e as experiências compartilhadas, afirmamos a necessidade de orientar |  |

La Falda, 1º de novembro de 2005.



# 6.

## Instituições e pessoas que colaboraram

- UNIFEM CONE SUL
- ONUSIDA CONE SUL
- ONUSIDA PERU
- FONDO GLOBAL VIH SIDA  
EL SALVADOR
- Joseph Thomson do IIDH  
Instituto Interamericano de Derechos  
Humanos de Costa Rica
- Lohana Berkins, ALITT (Asociación  
de Lucha por la Identidad Travesti y  
Transexual) Argentina
- Belissa Andía Pérez,  
(Asociación Claveles Rojos, Instituto  
Runa de Desarrollo y Estudios sobre  
Género, ILTGALAC (Asociación  
Internacional de Lesbianas, Transgéneros  
y Gays. América Latina y Caribe) Perú
- Marlene Wayar,  
(Futuro Transgenérico) Argentina
- Gustavo Blázquez, Universidad de  
Córdoba, Argentina
- Arnoldo Rosenfeld, Universidad de  
Córdoba, Argentina
- Argelia Bravo, artista plástica e  
audiovisual, Venezuela

# 7.

## Avaliação

A última jornada esteve dedicada à avaliação geral, oral e escrita, do Curso. A partir das respostas oferecidas – tanto por participantes como por capacitador\*s – é possível apresentar a seguinte síntese:

- A própria realização do Curso – o espaço de encontro, diálogo, intercâmbio e aprendizagem mútua aberto – foi, sem dúvida, o aspecto mais positivo destacado ao longo das avaliações.
- As experiências compartilhadas, as possibilidades do reconhecimento na alteridade e da construção do respeito pela diversidade aparecem destacadas, algumas vezes, como aspectos muito positivos. Compartilhar as experiências de vida e as de ativismo não apenas abriu para muit\*s participantes a oportunidade de imaginar uma comunidade possível (incluindo não apenas uma comunidade política, mas uma comunidade afetiva), mas também a oportunidade de aprendizagens mútuas e transformadoras.
- A aquisição de ferramentas tanto práticas como conceituais foi assinalada como um aspecto positivo a ser destacado. Neste sentido, o trabalho sobre os sistemas interamericano e internacional de direitos humanos e o acesso a financiamento para grupos trans e intersex apareceram como as atividades de maior destaque.
- O trabalho d\*s capacitador\*s foi valorizado como muito positivo, tanto na sua preparação prévia e seu desenvolvimento, como na sua relação com \*s participantes. Da perspectiva d\*s capacitador\*s, o Curso constitui, para el\*s mesm\*s, uma experiência única de formação sobre questões trans e intersex.
- O material do Curso foi, em geral, destacado como positivo e apropriado.
- Os aspectos logísticos do Curso foram assinalados reiteradamente como muito positivos – tanto no que se refere à localidade de La Falta, onde foi realizado o Curso, como o hotel, e o transporte local e internacional.

- Entre os aspectos negativos assinalados nas avaliações destacam-se: a abordagem insuficiente – na sua extensão e/ou profundidade – de alguns temas de tratamento imprescindível para as comunidades e os movimentos trans e intersex – entre os quais estão, por exemplo, as especificidades de cada comunidade; e as questões políticas que associam o HIV/AIDS e a fórmula HSH com os movimentos trans da região.
- De forma semelhante foi mencionada a falta de material específico para cobrir as necessidades de formação abertas por certos temas.
- Outro aspecto a ser melhorado constitui a comunicação, em diferentes níveis: em primeiro lugar, a falta de tradução para o português e de material em português causou problemas para s participantes provenientes do Brasil e s que desejavam comunicar-se com els de maneira mais fluida; em segundo lugar, o uso de linguagem técnica tornou mais complexa a abordagem de determinados temas; em terceiro

lugar, alguns supostos identitários não abordados explicitamente ao longo do curso complicaram a comunicação grupal.

Talvez seja possível resumir a experiência de participantes, capacitador\*s e da equipe de coordenação neste parágrafo que, incluído em uma das avaliações, afirma:

“A atividade me permitiu que organizasse alguns conceitos e que voltasse a pensá-los. Fez com que tomasse consciência de como é útil voltar a temas que, de alguma maneira, a gente vai automatizando. Como sempre, o mais enriquecedor foram as opiniões de tod\*s”.

## 8

## Conclusões

O Curso do Instituto de Formação Trans e Intersex foi, sem dúvida, uma experiência única. Como muit\*s de seus participantes definiram –e nós sentimos– “um acontecimento histórico”. Sua organização e realização representaram desafios importantes; seu balanço, que tem que continuar daqui em diante, implica também assumir compromissos que são únicos.

Em primeiro lugar, o Instituto levantou, desde o princípio, um desafio singular: as comunidades e movimentos para os quais estava, explícita e especificamente, dirigido. Uma atividade com as características deste Curso, dedicado de forma exclusiva para colaborar com o surgimento e o fortalecimento do ativismo político trans e intersex na região, teve que, por força, assumir os compromissos e dificuldades colocadas pelo seu próprio objetivo. Uma primeira responsabilidade fundamental: desde o primeiro momento o Instituto foi pensado como um ato de transferência ética de recursos, isto é, “trabalhar com” ao invés de “trabalhar para” ou “trabalhar por”.

Este posicionamento ético implicou não apenas assumir com firmeza o compromisso de dismantlar os próprios privilégios – de classe, de gênero – mas também de reconhecer, a cada passo, a experiência de cada participante como saber. Deste modo, o Instituto se colocou como um espaço de formação sem distinção entre “tesmunhantes” e “especialistas”, mas, ao contrário, organizado em torno a um ideal compartilhado de construção comum do conhecimento. Neste sentido, o Curso do Instituto, em sua experiência pedagógica, foi além da utilização de técnicas participativas, e tornou-se um espaço de crescimento, intercâmbio e de criação coletiva.

Talvez, a dificuldade mais persistente que tivemos que atravessar até chegar a data de realização do próprio Curso foi a dificuldade colocada pelo lugar limitadíssimo das comunidades trans e intersex nas agendas do financiamento internacional, assim como o caráter habitual desse lugar: o de “população-objetivo”. Este projeto, destinado a contribuir para o empoderamento dos movimentos trans e intersex, foi em



várias ocasiões ignorado. Não obstante, depois da experiência, riquíssima e inestimável de todos os pontos de vista, podemos demonstrar que investir no movimento trans e intersex significa, entre outras mil coisas, contribuir para as sociedades e para o avanço dos movimentos.

Ao longo do Curso do Instituto surgiu, com clareza, a necessidade de assumir posições críticas em relação ao funcionamento de certas alianças “tradicionais” – tais como as colocadas de forma quase natural entre movimentos de gays e lésbicas e movimentos trans e intersex –, assim como a necessidade de abordar criticamente certos discursos e práticas excludentes produzidas por outros movimentos sociais, incluindo vertentes do feminismo e da esquerda. Realizar este Curso demandou, então, enfrentar desde o princípio e até o final as contradições e limites de companheir\*s e aliad\*s, e identificar as fobias que atravessam não apenas as instituições do estado e as igrejas, mas também o espectro do progressismo na região.

O Curso colocou a necessidade de enfrentar tensões entre os marcos que estruturam nosso trabalho político. Talvez a tensão mais forte colocada em evidência no transcurso das jornadas compartilhadas em La Falda foi a que enfrenta a definição genérica da humanidade, tal como a concebem os direitos humanos, com um mundo habitado por sujeitos que desmentem essa mesma definição genérica e a denunciam como excludente e opressiva. Como defender os direitos humanos daquел\*s que não são contemplad\*s, sequer, pelo próprio paradigma dos direitos humanos? Se a humanidade –e seus direitos– só inclui as mulheres e homens, que instrumentos garantirão a sobrevivência e a vida digna e feliz dos que não são, nem serão, mulheres e homens? Imaginá-los e torná-los possíveis é uma das tarefas pendentes que esse Curso do Instituto nos deixa.

Outra das tensões mantidas do princípio ao fim é a que vincula a dor e a luta, o testemunho e o saber, a vítima e a celebração. Algumas vezes, ao longo do Curso, foi necessário reconhecer que, apesar da brutalidade das experiências

vividas pelas pessoas trans e intersex na região, não é possível construir as bases para a transformação sobre o negado e o perdido. Ao contrário: é honrando a vida e a luta daquел\*s que morreram, e celebrando a vida e luta daquел\*s com quem compartilhamos que as transformações que desejamos terão lugar.

Este material foi produzido pela equipe do Programa para América Latina e o Caribe da  
Comissão Internacional dos Direitos Humanos para Gays e Lésbicas (IGLHRC)

Alejandra Sardá • Coordenadora do Programa para América Latina e o Caribe

Marcelo Ferreyra • Coordenador adjunto do Programa para América Latina e o Caribe

Mauro Cabral • Responsável pela Área Trans e Intersexo

Rosa María Posa Guinea • Responsável do Instituto



I G L H R C

International Gay and Lesbian Human Rights Commission

**Latin American Office: IGLHRC Cordoba 2645, 8° 25 Buenos Aires CP 1187 Argentina - T: 54.11.4961.3531**

Main Office: 80 Maiden Lane - Suite 1505, New York, NY 10038 - Phone: +1 212-430-6051 - Fax: +1 212-430-6060

E: [iglhrc@iglhrc.org](mailto:iglhrc@iglhrc.org) - [www.iglhrc.org](http://www.iglhrc.org)